

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPI:**  
**MESTRADO**  
**Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS  
PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO MERCADO DE  
TRABALHO.**

Regiane Cristina de Souza

Maringá  
2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPI:**  
**MESTRADO**  
**Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS**  
**PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO MERCADO DE**  
**TRABALHO.**

Dissertação apresentada por Regiane Cristina de Souza, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik

Maringá  
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S729r Souza, Regiane Cristina de  
Representações sociais: a inclusão/exclusão das  
pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho  
/ Regiane Cristina de Souza. -- Maringá, 2010.  
98 f.

Orientador : Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik.  
Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade  
Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia, área de concentração: Constituição do Sujeito  
e Historicidade, 2010.

1. Psicologia - Representações Sociais - Trabalho. 2.  
Representações Sociais - Trabalho - Inclusão/exclusão.  
3. Pessoas com necessidades especiais -  
Inclusão/exclusão - Trabalho. 4. Pns -  
Inclusão/exclusão - Teoria das Representações Sociais.  
I. Tomanik, Eduardo Augusto, orient. II. Universidade  
Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia. Área de Concentração: Constituição do Sujeito  
e Historicidade. III. Título.

CDD 21.ed. 158.26

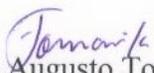
FOLHA DE APROVAÇÃO

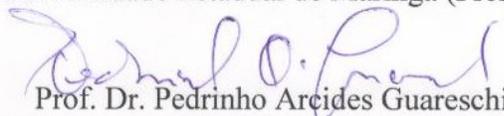
REGIANE CRISTINA DE SOUZA

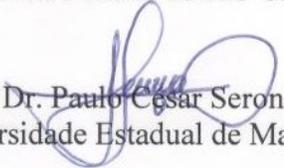
Representações sociais: a Inclusão/Exclusão das Pessoas com Necessidades Especiais no Mercado de Trabalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre ou Doutor em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik  
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

  
Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi  
UFRGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

  
Prof. Dr. Paulo César Seron  
DPI/Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 18 de outubro de 2010.

Local da defesa: Sala 06 do Bloco 118, campus da Universidade Estadual de Maringá.

## DEDICATÓRIA

Ao meu pai que, mesmo falecido em 1990, com seu exemplo, deu-me as asas para voar;

À minha mãe que, companheira inseparável, deu-me as raízes que me mantêm presa a terra, mas que permitem que se produzam frutos;

Ao meu esposo pelo incentivo diário,

A todas as Pessoas com Necessidades Especiais que me ensinaram que asas e raízes também podem ser especiais.

## AGRADECIMENTOS

Pensar em todas as pessoas que contribuíram com este estudo, direta ou mesmo indiretamente é bastante difícil, pois algumas, mesmo sem saber, foram fundamentais para que esta singela Dissertação pudesse ser defendida. Ainda que singela, exigiu um enorme esforço, e um aprendizado ainda maior. Desta forma, agradeço a todos os que estiveram presentes nessa caminhada de esforço e de aprendizado, mas, aqui nomeadas as pessoas que considero, foram especiais:

Agradeço a todos os integrantes do Programa de Pós-graduação em Psicologia, Colegiado e Docentes, pela oportunidade de aprendizado que levarei por toda minha vida, e pela compreensão nos momentos difíceis. Agradeço aqui especialmente às professoras Marilda Gonçalves Dias Facci e Sonia Mari Shima Barroco, coordenadoras do Colegiado do Programa, e aos secretários Rafael (meu esposo) e Tânia.

Ao professor Eduardo Augusto Tomanik que, sempre sábio e acolhedor soube muito bem conduzir esta pesquisa e esta pesquisadora. Agradeço-o também por ter me ensinado a teoria das Representações Sociais, desde que fui sua aluna não-regular na disciplina “Representações Sociais: fenômeno e teoria” em 2007, e que pude desenvolver nesta Dissertação. Quando deveria ser um professor, foi orientador. Enquanto orientador foi amigo. Mais do que o Mestrado eu ganhei com você, um aprendizado para a vida! Obrigada Tomanik!

A todos os meus professores no Programa: professor Eduardo e professora Marilda (já elencados), professora Angela Maria Pires Caniato e professora Maria Lucia Boarini, pelos conhecimentos passados, pela paciência e pelo auxílio e preocupação em formar verdadeiros Mestres. Aproveito para agradecer toda minha turma de colegas do Mestrado, em especial a uma amiga com quem pude dividir minhas angústias em toda essa caminhada: Carmem Séspepe.

Aos integrantes da minha Banca de Qualificação, professores Pedrinho Guareschi e Paulo César Seron, pelas sugestões que foram fundamentais para o término deste trabalho e inclusive para projetos futuros. Ao professor Paulo Seron, um agradecimento especial pelos livros emprestados e pela oportunidade de discutirmos os novos rumos da Psicologia do Trabalho.

Ao professor Marco Antonio Rotta, pela acolhida no Estágio em Docência, e também a todos os alunos da turma do quarto ano do curso de Psicologia da UEM no ano de 2008.

Agradeço o apoio institucional do CESUMAR, e, em especial o vice-Reitor Wilson de Matos Silva Filho, que compreendeu o caminho que fiz, de coordenadora de Recursos Humanos nesta instituição a docente e pesquisadora em Psicologia Organizacional e do Trabalho, e me oportunizou e auxiliou durante o Mestrado, principalmente durante o cumprimento dos créditos, quando possibilitou a mudança do meu horário de trabalho. Sem tal ação, seria impossível a realização do que consegui até aqui.

Agradeço também a Mirian Bambine e Eveline de Carvalho que muito bem conduziram o setor de Recursos Humanos, quando eu me ausentava para cursar as disciplinas do Mestrado.

À Agência do Trabalhador e, em especial à Ana Carmem que, sempre atenciosa e prestativa, ajudou-me muito para compreender os caminhos institucionais que percorre a inclusão. Agradeço também ao CVI – Centro de Vida Independente – que me encaminhou a pessoas tão especiais, e que algumas fazem parte deste trabalho. Aproveito então para agradecer imensamente as Pessoas com Necessidades Especiais que se dispuseram a ser entrevistados e a revelar à Academia, um pouco de sua vivência, impressões, angústias e medos em relação ao mundo do trabalho.

Às professoras que, ao longo de minha vida, foram verdadeiras mestras e me ensinaram que a disciplina e criatividade são essenciais a qualquer um que queira se aventurar no conhecimento: Marion Schubert, minha professora de piano, e Cristina Di Benedetto, professora na minha graduação e que hoje é minha colega e amiga.

À toda minha família, em especial minha mãe Iraci Fagnani de Souza, meu irmão Reginaldo e sua esposa Rosemeire e minhas sobrinhas Rafaela e Isabela, meus padrinhos Olímpio e Darcí, que sentiram tanto minha falta nos momentos que precisei estudar, mas que com seu amor e carinho me deram a energia necessária para continuar em frente.

Agradeço ao meu esposo Rafael que me auxiliou sugerindo autores da área da Sociologia e Ciências Sociais que me auxiliaram a ter uma visão geral sobre o tema. Além das leituras, sempre esteve presente nos momentos de angústia e de alegria também.

Aos amigos tão especiais que são fundamentais na minha vida: Cassiana Patroni, Leila Betiati, minha “mãe número 2” Dorotéia Caetano, minha querida e inseparável amiga Tereza Cristina Caetano e ao Ivan Walisson Carrito.

Ao Jeferson, que partiu tão cedo deste mundo, antes de ver sua amiga defender esta Dissertação, meu agradecimento especial por ter me ajudado tanto em toda minha vida, e por ser até hoje meu referencial de alegria.

À Emília Flores, que foi minha coordenadora, e a primeira pessoa que me ensinou a ver as pessoas com necessidades especiais de outra forma. Mais do que coordenadora, por vezes desempenhou até o papel de mãe.

À Geni Col Gomes, pelo primeiro projeto desenvolvido sobre as pessoas com necessidades especiais.

Agradeço especialmente à Irmã Maria Helena, que acreditou no meu potencial quando eu mais precisava, foi minha primeira chefe exercendo a Psicologia, e hoje é uma sincera amiga.

Finalmente, agradeço a Deus pela força, pelo amor e pelas oportunidades de aprendizado que, Pai Querido e Eterno, tem me possibilitado para meu crescimento.

Tá vendo aquele edifício moço  
 Ajudei a levantar  
 Foi um tempo de aflição  
 Eram quatro condução  
 Duas prá ir, duas prá voltar  
 Hoje depois dele pronto  
 Olho prá cima e fico tonto  
 Mas me vem um cidadão  
 E me diz desconfiado  
 “Tu tá aí admirado?  
 Ou tá querendo roubar?”  
 Meu domingo tá perdido  
 Vou prá casa entristecido  
 Dá vontade de beber  
 E prá aumentar meu tédio  
 Eu nem posso olhar pro prédio  
 Que eu ajudei a fazer...

Tá vendo aquele colégio moço  
 Eu também trabalhei lá  
 Lá eu quase me arrebento  
 Fiz a massa, pus cimento  
 Ajudei a rebocar  
 Minha filha inocente  
 Vem prá mim toda contente  
 “Pai vou me matricular”  
 Mas me diz um cidadão:  
 “Criança de pé no chão  
 Aqui não pode estudar”  
 Essa dor doeu mais forte  
 Por que é que eu deixei o norte  
 Eu me pus a me dizer

Lá a seca castigava  
 Mas o pouco que eu plantava  
 Tinha direito a comer...

Tá vendo aquela igreja moço  
 Onde o padre diz amém  
 Pus o sino e o badalo  
 Enchi minha mão de calo  
 Lá eu trabalhei também  
 Lá foi que valeu a pena  
 Tem quermesse, tem novena  
 E o padre me deixa entrar  
 Foi lá que Cristo me disse:  
 “Rapaz deixe de tolice  
 Não se deixe amedrontar  
 Fui eu quem criou a terra  
 Enchi o rio, fiz a serra  
 Não deixei nada faltar  
 Hoje o homem criou asa  
 E na maioria das casas  
 Eu também não posso entrar  
 Fui eu quem criou a terra  
 Enchi o rio, fiz a serra  
 Não deixei nada faltar  
 Hoje o homem criou asas  
 E na maioria das casas  
 Eu também não posso entrar”

(Zé Geraldo; *Cidadão*)

SOUZA, R. C. (2010). *Representações Sociais: a inclusão/exclusão das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

## RESUMO

A dissertação abordou, a partir da teoria das Representações Sociais, o tema da inclusão/exclusão das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho da região de Maringá, Estado do Paraná, Brasil. A partir da vivência profissional da autora, como coordenadora de Recursos Humanos e docente da área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, observou-se que a inclusão tem sido cada vez mais exigida para as empresas, que, por sua vez, cobram cada vez mais capacitação de todos os seus funcionários, portadores ou não de necessidades especiais. A chamada Lei de Cotas do Ministério do Trabalho e Emprego (Lei 8.213/1991) estabelece regras para a inclusão das pessoas com necessidades especiais (Pne's) no mercado de trabalho. Uma destas regras determina que todas as empresas com mais de 1000 funcionários deverão ter, em seu quadro de pessoal, 5% de Pne's em relação ao número total de funcionários. Isto gera uma série de problemas para as empresas; entre eles, a escassez de candidatos. No entanto, tal problema ganha uma dimensão social maior quando percebemos que as transformações no mundo do trabalho, na realidade pós-moderna, tendem a diluir as formas tradicionais de trabalho e emprego. Assim, por que propor a inclusão pela via do trabalho? A partir do referencial teórico das Representações Sociais (Moscovici, 2007) estudamos como a inclusão tem sido subjetiva e intersubjetivamente construída por pessoas com necessidades especiais. Nossos procedimentos consistiram em cinco entrevistas abertas, realizadas com pessoas com necessidades especiais, à partir de roteiros semi-definidos que envolviam questões sobre a deficiência em si, as histórias de vida, relações familiares, convivência com o mundo do trabalho e expectativas para o futuro. As cinco entrevistas, anônimas, permitiram conhecer a realidade cotidiana dos participantes e suas relações e concepções com o mundo do trabalho. Todos acreditam que a perda de outros benefícios concedidos aos portadores de necessidades especiais prejudica a inclusão dos mesmos no mercado formal de trabalho. Em relação às expectativas futuras, o foco da maioria foi centrado na saúde e na vida familiar, e não em sua participação no mundo do trabalho. Os Pne's entrevistados constituem grupos de representações coletivas e individuais sobre o significado do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho, Pessoas com Necessidades Especiais, Representações Sociais.

**A B S T R A C T**

SOUZA, R. C. (2010). *Social representations: inclusion /exclusion of people with special needs in the labor market*. Dissertation of **master's degree. graduate study programs in psychology**, Maringá State University, Maringá, Paraná, Brasil.

The present dissertation approached, from the Social Representations theory, the theme of inclusion/exclusion of people with special needs in the labor market in the region of Maringá, Parana State, Brazil. From the professional experience of the author, as coordinator of Human Resources and a professor of Organizational Psychology and Labour, it was observed that inclusion has been increasingly required for companies, which, in turn, charges more training of all employees, with or without special needs. The Quota Law of the Ministry of Labor and Employment. (Law 8.213/1991) establishes rules for the inclusion of people with special needs (PEN's) in the labor market. One of these rules provides that all companies with more than 1,000 employees should have on your staff, 5% of PEN's in relation to the total number of employees. This fact creates a lot of problems for companies, such as, the reduction of candidates. However, this social problem becomes greater when we realize that the changes in the world of work, the postmodern reality, tend to reduce the traditional forms of employment. So, why propose the inclusion through work? From the theoretical framework of Social Representations (Moscovici, 2007) studied how the inclusion has been subjectively constructed by people with special needs. Our procedures consisted in five open interviews, accomplished with people with special needs, from semi-defined routes that involved questions about disability itself, life histories, family relationships, experincies in the world of work and expectations for the future. The five anonymous interviews, enabled to know the daily reality of the participants and their relationships and concepts about the world of work. Everyone believes that the loss of others benefits, that was granted to people with disabilities, affects their inclusion in the formal labor market. Concerning future expectations, the majority focus was on health and family life, not on a participation in the work world. The PEN's interviewees represent groups of representations collective and individual about the meaning of work.

Keywords: Work, people with special needs, social representations

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1. INCLUSÃO / EXCLUSÃO: CONCEITOS DISTINTOS PARA UM MESMO PROCESSO?</b>	<b>4</b>
1.1 A construção social da exclusão	4
1.2 A dialética da in(ex)clusão	6
<b>2. OS LUGARES E OS HOMENS, CERTOS OU ERRADOS: AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO CAPITALISTA DO TRABALHO</b>	<b>10</b>
2.1 Taylorismo: a organização científica do trabalho	11
2.2 Fordismo: a linha de montagem e a regulação da economia	17
2.3 Toyotismo: o estritamente necessário no momento correto	20
2.4 As relações de trabalho e a pós-modernidade	23
2.5 As transformações no contexto do trabalho entre as décadas de 80/90 no Brasil	27
<b>3. O QUE SÃO AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS</b>	<b>34</b>
<b>4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE</b>	<b>40</b>
<b>5. OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS</b>	<b>48</b>
<b>6. OS PARTICIPANTES E SUAS HISTÓRIAS</b>	<b>54</b>
6.1 Alberto	54
6.2 Beatriz	62
6.3 Carlos.	67
6.4 Diana	72
6.5 Eliane	81
6.6 As representações dos Pne's	86
<b>7. A ANÁLISE DO DISCURSO SOB O ENFOQUE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>96</b>

## INTRODUÇÃO

O tema escolhido para esta dissertação de Mestrado é um processo que me preocupa já há algum tempo. Logo após o término da minha graduação em Psicologia, há dez anos, iniciei minha atuação profissional como Psicóloga Organizacional e do Trabalho. Atuei em indústrias e empresas de prestação de serviços e, nos últimos seis anos, também sou docente na área da Psicologia do Trabalho.

Nos últimos quatro anos, vivenciei algo que despertou minhas preocupações para com o tema atual. Atuava em uma empresa que tinha em seu quadro de funcionários um número superior a mil, o que colocou a empresa em dificuldades para o cumprimento, especialmente, da chamada Lei de Cotas do Ministério do Trabalho e Emprego. Mas que lei é essa? A Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social, estabelece regras para a inclusão das pessoas com necessidades especiais (Pne's) no mercado de trabalho. Uma destas regras determina que todas as empresas com mais de 1000 funcionários deverão ter, em seu quadro de pessoal, 5% de Pne's em relação ao número total de funcionários.

Para o cumprimento desta Lei, a empresa precisaria contratar quase sessenta trabalhadores portadores de necessidades especiais. Mas onde estavam essas pessoas? Como conseguir candidatos para as vagas que a empresa disponibilizava?

A empresa em questão era uma Instituição de Ensino Superior privada, na região de Maringá. Assim, os cargos disponíveis eram bastante específicos, como por exemplo: atendente de biblioteca, auxiliar de coordenação de curso, auxiliar administrativo das secretarias, dentre outros. Aí surgia uma nova dificuldade: não conseguíamos pessoas com os requisitos técnicos mínimos exigidos pelos cargos. O que deveríamos fazer, então? Alterar as funções previstas ou manter as exigências anteriores de capacitação?

Nosso sistema de recrutamento, na época, era feito através de telefonemas, emails e ofícios destinados à Agência do Trabalhador e especificamente ao setor que trabalha com a inclusão. Mesmo assim, os candidatos que surgiam, na maioria das vezes, não atendiam as exigências dos cargos. Desta forma, a Instituição em questão não conseguia preencher a cota destinada aos Pne's. Em um acordo formal com o Ministério Público do Trabalho a instituição propôs a realização de um curso de capacitação para este público. Este processo de capacitação teria, como um de seus objetivos, atender às necessidades de outras empresas como, por exemplo,

de telefonia e confecções, que também enfrentavam dificuldades nessas contratações. A Instituição em questão comprometeu-se a contratar, ao término desta capacitação, todas as pessoas de que necessitava até, no mínimo, cumprir a cota estipulada pela lei.

Neste momento, fui uma das psicólogas responsáveis pelas entrevistas e outros procedimentos referentes à seleção de pessoal. Constatei que muitos candidatos, que se apresentaram ao curso de capacitação, não tinham intenção de engajar-se no mercado de trabalho. Alguns me confidenciaram que só assumiriam cargos se esta condição não fosse registrada em suas Carteiras de Trabalho Profissional (CTPS), pois, caso isso acontecesse, eles perderiam um benefício, o do recurso financeiro destinado aos portadores de necessidades especiais, através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo fato de serem considerados inaptos para o exercício de atividades laborais.

Uma série de contradições eram explicitadas, naquela situação: a Lei previa a inclusão dos portadores de necessidades especiais no mercado formal de trabalho, mas eles não possuíam as qualificações necessárias para isto; se qualificados, também não desejavam ser incluídos, se incluídos perderiam um benefício que parecia ser mais interessante que os ganhos que poderiam ser propiciados pelo trabalho. O mesmo Estado que incentivava a inclusão, através de uma Lei, fornecia um recurso que eles deixariam de receber, se incluídos. A inclusão, neste caso, seria um benefício ou uma punição?

Isto nos conduziu a outras indagações. Os portadores de necessidades especiais, teoricamente beneficiários da Lei, desejavam engajar-se no mercado formal de trabalho? O que o trabalho significava, para eles?

Alinhando estas preocupações com o interesse pela Teoria das Representações Sociais, com a qual tive os primeiros contatos há dois anos, quando cursava uma disciplina como aluna não regular no Mestrado em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá, tivemos a idéia inicial para a construção deste projeto.

Como docente na área de Psicologia do Trabalho, percebi que seria difícil compreender contradições como aquelas sem, inicialmente, refletir sobre os meandros dos processos de inclusão e contextualizar as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Assim, nosso primeiro capítulo aborda o processo de inclusão/exclusão a partir de uma perspectiva dialética; o segundo capítulo trabalha com as transformações modernas do trabalho humano, bem como com as contradições impostas pelo taylorismo, fordismo e o toyotismo, o trabalho na pós-

modernidade e as décadas de 1980/1990 que, no Brasil, foram decisivas para o surgimento das preocupações com a inclusão social.

Já no terceiro capítulo, traçamos as definições sobre o que caracteriza as pessoas com necessidades especiais e apresentamos um breve relato sobre as tentativas de inclusão social das mesmas. No quarto capítulo, nos preocupamos em compreender a teoria que nos forneceu o direcionamento para a análise das informações que colecionamos; para isto, abordamos a teoria das representações sociais e tratamos brevemente das representações individuais e culturais.

No quinto capítulo, explanamos sobre os objetivos e a metodologia que direcionaram nosso trabalho. No sexto capítulo, trabalhamos com os dados coletados na nossa pesquisa, ou seja, a história de vida dos participantes, bem como suas relações com o trabalho e suas expectativas para o futuro. Como o nosso sétimo capítulo, temos a análise do discurso na perspectiva das representações sociais, referencial teórico que é o centro do nosso trabalho. E por fim traçamos algumas considerações que não poderemos considerar como finais já que, a nosso ver, esse tema não se esgota aqui. Muito pelo contrário, tivemos aqui um início de trabalho que poderá ser desenvolvido em outros projetos futuros.

## 1.

### INCLUSÃO / EXCLUSÃO: CONCEITOS DISTINTOS PARA UM MESMO PROCESSO?

Neste primeiro capítulo objetivamos discutir os conceitos de inclusão e exclusão e tentar compreender algumas das armadilhas que eles escondem. Interessa-nos, também, compreender um pouco mais sobre como estes termos estão relacionados com o mundo do trabalho: quem realmente são os excluídos e/ou incluídos no mundo do trabalho? Será que estamos falando de sujeitos ou de processos distintos ou a aparente divergência existente entre aqueles conceitos apenas oculta a existência de processos sociais e econômicos simultâneos e inseparáveis?

#### **1.1 - A construção social da exclusão**

Castel (1998) trabalha com os conceitos de inclusão / exclusão a partir de uma perspectiva histórica e dialética. De acordo com o autor, não poderemos compreender adequadamente esse processo se não fizermos uma leitura acerca das relações históricas do trabalho e se não percebermos que o processo de inclusão só pode ser pensado a partir do seu oposto, a exclusão. Se há motivos ou intenções para incluir é porque o seu oposto, talvez já nem tão oposto assim, se faz presente. O autor trabalha sobre as metamorfoses das relações sociais a partir de reflexões sobre as transformações no mundo do trabalho. Segundo ele, podemos ou devemos partir de reflexões sobre quem são aqueles que devem ou precisam ser incluídos:

silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória... – quem são eles, de onde vem, como chegaram ao ponto em que estão (...)? (CASTEL, 1998, p. 23).

Guareschi (2008), entre outros autores, pode nos auxiliar a responder a estas indagações, a partir de uma perspectiva também histórico-crítica, pois compreende as sociedades e os grupos humanos a partir das relações sociais estabelecidas. Segundo ele, antes da Revolução Industrial,

as pessoas sobreviviam basicamente da agricultura, dos frutos da terra. Naquele modo de produção havia os donos da terra e de tudo o que havia nelas, e as pessoas que trabalhavam eles. Na escala social da época, os trabalhadores recebiam formas de classificação que os aproximavam muito mais dos animais, das plantas e dos objetos:

Nenhuma descrição do sistema feudal pode ser rigorosamente precisa, porque as condições variavam muito, de lugar para lugar. Não obstante, há certeza sobre alguns pontos fundamentais, em relação a praticamente todo o trabalho escravo do período feudal. (...) Os camponeses eram mais ou menos dependentes. Acreditavam os senhores que existiam para servi-los. Jamais se pensou em termos de igualdade entre senhor e servo. O servo trabalhava a terra e o senhor manejava o servo. E no que se relacionava ao senhor, esta pouca diferença fazia entre o servo e qualquer cabeça de gado de sua propriedade. Na verdade, no século XI, um camponês francês estava avaliado em 38 soldos, enquanto um cavalo valia 100 soldos! Da mesma forma que o senhor ficaria aborrecido com a perda de um boi, pois dele necessitava para o trabalho da terra, também o aborrecia a perda de qualquer de seus servos - gado humano necessário ao trabalho na terra (Huberman, 1983. p. 16-17).

Apesar desta imensa diferenciação, para os objetivos do nosso trabalho, importa perceber que o lugar de cada um e de todos, na estrutura social, era previsto e mantido; ainda que de forma desigual, todos faziam parte daquela estrutura.

É possível supor que, naquele momento histórico, não haveria espaço para (nem necessidade de) discussões sobre a inclusão ou a exclusão. Ao contrário, o conceito de pertencimento pode ser aplicado àquelas formas de participação social, com duplo sentido: todos faziam parte e muitos eram considerados e tratados como propriedades.

Já com a Revolução Industrial uma nova relação surgiu: algumas pessoas passaram a ser os donos do capital, isto é, das máquinas e das fábricas. Proclamou-se, então, a “liberdade” do trabalhador: o que o proprietário contratava não eram mais as pessoas, como na

escravatura e no feudalismo, mas era o “trabalho” das pessoas: supostamente, só trabalhava quem quisesse (Guareschi, 2008, p. 143).

Mas, como as pessoas não iriam trabalhar? Quais seriam as alternativas de sobrevivência, para quem vivia numa sociedade baseada na propriedade privada e que não era proprietário?

Aqui temos uma nova relação de dominação e exploração, o que por sua vez é característico do sistema capitalista de produção. A partir destas transformações no modo de produção, muitas pessoas passaram a não encontrar espaço no mundo do trabalho. Se no período medieval os espaços de cultivo ou de criação de animais representavam a base dos processos produtivos, no mundo moderno estes processos passaram a girar em torno das fábricas, e nelas já não havia lugar para todos.

Assim, as possibilidades amplas e inevitáveis de pertencimento deram lugar à exclusão de boa parte da população.

Ainda segundo Guareschi (2008), na atualidade, o trabalho não acabou, mas a forma como vem se estruturando, com as novas tecnologias e a competitividade, impede ainda grande parte das pessoas de terem acesso a ele.

Martin e Schumann (1999) chegam a afirmar que, graças à automação, estamos prestes a constituir o que denominam como uma sociedade vinte por oitenta, na qual um quinto da população seria suficiente para a movimentação mundial do capital. Estes, em contrapartida, teriam condições de desfrutar do consumo e do lazer. Aos demais oitenta por cento restariam a exclusão ou formas de inclusão apenas parciais e insatisfatórias tanto no trabalho quanto dos benefícios propiciados por ele.

## **1.2 . A dialética da in(ex)clusão**

Paralelamente à produção social da exclusão, vêm sendo desenvolvidas formas de pensamento que, ao mesmo tempo, ocultam as origens daquele processo e transferem a responsabilidade pelo mesmo para os indivíduos que são excluídos.

Segundo Caniato (1997), a sociedade pós-moderna, ao privilegiar o individualismo, impõe que cada um assuma, como mérito ou culpa individuais, a responsabilidade por seus sucessos ou fracassos.

Assim, o que é uma impossibilidade criada pelo modo de produção acaba sendo visto como uma incapacidade pessoal. Por esta ótica distorcida, o mundo do trabalho seria um espaço aberto e disposto a ser incluído; algumas pessoas, isoladamente e em virtude de suas limitações, não seriam capazes de incluir-se.

Recusando-se a aceitar esta ótica, Bauman (2005) discorre sobre a produção do refúgio humano e define como refugados todos aqueles que são considerados excessos, redundantes, em relação ao que o contexto econômico exige. Cuidadosamente, ele esclarece o que considera como redundância: essa palavra dá a conotação de extranumerário, desnecessário, sem uso; no sentido semântico, essa palavra está relacionada com rejeitos, dejetos, restos, lixo e com o refúgio. Assim, as pessoas consideradas redundantes são todas aquelas que estão sem emprego, que por um ou outro motivo estão excluídas do mundo do trabalho. O autor fala também que o sentimento de redundância pode indicar a condição de sem-teto social, o que significa a perda da auto-estima e o propósito da vida.

Bauman (2005) ressalta que este é um produto inevitável da sociedade atual. Ele exemplifica que a geração “(...) constituída por moças e rapazes nascidos na década de 1970, na Grã-Bretanha e outros países desenvolvidos, experimenta sofrimentos que eram desconhecidos das gerações anteriores” (p. 18). Não são sofrimentos mais ou menos intensos, se comparados com as gerações anteriores, mas sofrimentos diferentes, ou seja, mal-estar, aflição diante da palavra desemprego. “Desemprego é o nome de uma condição claramente temporária e *anormal*, e, assim, a natureza transitória e curável da doença é patente” (p. 19).

Em uma linha semelhante de pensamento, o termo desfiliação é introduzido por Castel (1998) no intuito de explicar a exclusão a partir de um processo. Na perspectiva de trabalho do autor, “falar em desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social” (p. 26). Segundo ele, toda exclusão deve ser vista não como o resultado de uma falha ou incapacidade individuais, mas como uma questão social.

A questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o

risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama de nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (1998, p. 30).

Para Sawaia (2008) a exclusão / inclusão também deve ser analisada a partir de uma perspectiva dialética:

(...) a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão com parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema (p. 9).

Assim, é forçoso admitir que “as raízes do problema, ao que parece se afastaram para além do nosso alcance. E seus aglomerados mais densos e espessos não podem ser encontrados em nenhum mapa de levantamento topográfico” (Bauman, 2005, p. 26).

Partindo de considerações como estas, ao longo de nosso trabalho procuramos não cair na armadilha, fácil e tentadora, de compreender e tratar as palavras inclusão e exclusão como referentes a fenômenos distintos. Como já dissemos, se há motivos para incluir é porque o seu oposto já existe.

Estes são temas que a nosso ver, não são apenas atuais, mas que em diversos momentos históricos adquirem novas roupagens. Mas, e hoje? Quais serão os desafios para os processos de inclusão no trabalho?

A existência da Lei 8.213/1991, que estabelece cotas para a contratação de pessoas consideradas portadoras de deficiências, realimenta e reafirma a necessidade destas reflexões. Por que é necessária uma Lei que estabeleça estas exigências? O que determinava (e determina, ainda) a exclusão deste grupo específico e por que se pretende, agora, incluí-lo?

Como veremos nos capítulos seqüentes deste trabalho, a Organização Científica do Trabalho (OCT) já propunha características que seriam as desejadas para os trabalhadores

executarem, de forma considerada satisfatória, o seu trabalho. Tomando a OCT como exemplo, poderíamos supor que os portadores de necessidades especiais, provavelmente por não terem os atributos exigidos pelo cargo, estariam fora do mercado formal de trabalho. Por outro lado, já analisando a inclusão dos Pne's a partir de uma perspectiva também dialética, será que a inclusão realmente está acontecendo? A palavra incluir pode não ter exatamente esse significado. Como discutimos no texto, ela só existe a partir de outro processo, o da exclusão. Desta forma, incluir pode também significar excluir, ou tratar como excluídos aquelas pessoas que, por motivos diversos, não atendem as expectativas do sistema capitalista de produção.

## 2.

### OS LUGARES E OS HOMENS, CERTOS OU ERRADOS: AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO CAPITALISTA

Neste capítulo objetivamos discutir as transformações e contradições no trabalho humano que aconteceram a partir da organização científica do trabalho, conhecida como Taylorismo. Discutiremos as características bem como as interfaces do Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. Num segundo momento, abordaremos as relações de trabalho na Pós-Modernidade e o contexto brasileiro atual das relações de trabalho, que vem sendo direcionado por algumas leis trabalhistas promulgadas entre as décadas de 80/90 do século passado. Pretendemos, com isto, obter uma melhor compreensão acerca da organização social do trabalho e da problemática central de nosso estudo.

Desde os textos de Marx (2003), aceitamos a concepção de que o trabalho é a atividade essencial do ser humano. Assim, os modos de trabalhar não são e não podem ser separados dos modos de viver. Dialeticamente, podemos supor que as formas de trabalho possibilitam e sustentam modos de vida e, ao mesmo tempo, os objetivos e as formas de vida em sociedade direcionam os processos de produção.

Tomando como base estas considerações, nosso breve passeio pela história do mundo do trabalho será iniciado pelo início do Século XX e pelos Estados Unidos, país no qual as preocupações iniciais com a organização científica do trabalho alcançaram maior desenvolvimento.

Paralelamente ao desenvolvimento das idéias sobre a sistematização das atividades do trabalho, os Estados Unidos viviam um processo que Toffler (1980) denominou de padronização:

normas de graduação escolar, processos de admissão e regras de abono eram similarmente padronizadas (...). Os veículos de massa (...) disseminavam imagens padronizadas, de modo tal que milhões liam os mesmos anúncios, as mesmas notícias, os mesmos contos (...). As partes diferentes do país começaram a

parecer iguais quando começaram a brotar por toda parte postos de gasolina, cartazes e casas idênticos. O princípio da padronização percorria todos os aspectos da vida diária (p. 60 - 61).

## **2.1 – Taylorismo: a organização científica do trabalho**

Segundo Heloani (2003), no final do século XIX e início do XX, Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que era norte-americano e engenheiro, dedicou-se a estudos de metodização e modernização dos processos de trabalho na indústria. Partindo de estudos sobre o tempo de execução e os movimentos necessários para a realização de tarefas, Taylor elaborou um sistema de princípios que constituiu a ideologia administrativa predominante do início do séc. XX.

De acordo com Heloani (2006) o ideário taylorista foi elaborado como um instrumento de racionalidade e difusão de métodos de estudo e treinamento científicos. Vejamos, a partir do próprio Taylor (1911/2008), como era constituída essa racionalidade:

a fim de que o trabalho possa ser feito de acordo com leis científicas, é necessário melhor divisão de responsabilidades entre direção e o trabalhador do que a atualmente observada em qualquer dos tipos comuns de administração. Aqueles, na administração, cujo dever é incrementar essa ciência, devem também orientar e auxiliar o operário sob sua chefia e chamar a si maior soma de responsabilidades do que, sob condições comuns, são atribuídas à direção (p. 34).

A racionalidade, no taylorismo, aproximava-se das idéias de Descartes (1596-1650), que consistiam em discernir, separar o corpo da alma, ou seja, quem pensa de quem faz. Na proposta da administração científica todo trabalhador deveria executar o que lhe fosse determinado, da maneira pré-estabelecida e em tempos metodicamente cronometrados. Todo trabalhador deveria ser instruído, por seu supervisor, sobre a melhor forma de desempenhar sua função. As instruções que eram transmitidas ao trabalhador

sobre como, exatamente, deveria executar seu trabalho, o que dele era esperado e o tempo necessário para tal, constituíam o treinamento científico.

Tomando como exemplo um processo de construção de paredes, Heloani (2006), ilustra os quatro elementos que constituem a administração científica:

Primeiro – O desenvolvimento (pela direção e não pelo operário) da ciência de assentar tijolos, com normas rígidas para o movimento de cada homem, aperfeiçoamento e padronização de todas as ferramentas e condições de trabalho;

Segundo – A seleção cuidadosa e subsequente treinamento dos pedreiros entre os trabalhadores de primeira ordem, com a eliminação de todos os homens que se recusam a adotar os novos métodos, ou são incapazes de segui-los;

Terceiro – Adaptação dos pedreiros de primeira ordem à ciência de assentar tijolos, pela constante ajuda e vigilância da direção, que pagará, a cada homem, bonificações diárias pelo trabalho de fazer depressa e de acordo com instruções;

Quarto – Divisão eqüitativa do trabalho e responsabilidade entre o operário e a direção. No curso do dia, a direção trabalha lado a lado com os operários, a fim de ajudá-los, encorajá-los e aplinar-lhes o caminho (...) (p.29).

A função do operário era apenas a de executar as instruções, da forma e nos tempos previstos. À direção caberia o treinamento científico do trabalhador, bem como a divisão de atribuições e a seleção correta, pois a partir desta seria possível encontrar o homem certo para o lugar certo. Assim, Taylor (1911/2008) propunha e justificava a necessidade de “separar quem pensa de quem faz”.

Taylor estabelece uma relação de reciprocidade entre dois sujeitos que historicamente e socialmente tiveram constituições distintas: o ideário taylorista pretendia que trabalho e capital assumissem relações de reciprocidade, embora mantendo funções e responsabilidades absolutamente distintas. Mas, será mesmo o funcionário um parceiro do seu patrão? O que ideologicamente podemos perceber com essa pretensa parceria? De acordo com Silva e Souza (2007),

o sistema de administração científica visa desta forma, não apenas selecionar o homem certo, mas mantê-lo assim por muito tempo. Ele (Taylor) assegurou que seu sistema não apenas garantia melhor produção, mas um aumento significativo de salário. Um alto salário também significa mudança nos padrões de vida e consumo, mas era um consumo também racionalizado (p. 10).

Assim foi constituído o discurso de que patrões e empregados deviam ser parceiros, ou seja, quanto mais o empregado trabalhasse maiores seriam as suas chances de ganhar. De forma coerente, foi instituído o pagamento por peça produzida, que possibilitava aumentos de salário de acordo com a quantidade da produção individual.

Mas se o trabalhador realmente produz muito, ao ponto de se confundir com a máquina e, conseqüentemente, recebe mais, qual então será o salário do seu patrão? Certamente muito maior do que o empregado recebeu. Com isto, a pretendida parceria, que já não se mostrava presente na distribuição de responsabilidades e de funções, tampouco se mantinha em relação aos ganhos. Aquela falsa unificação, na prática, servia como forma de ocultar ou de manter pouco clara a apropriação, pelos proprietários, da mais-valia gerada pelos operários. A mais-valia, de acordo com Sandroni (1985)

(...) significa que o trabalho de um homem, de uma tribo, de uma comunidade pode produzir durante um dia mais do que o necessário para a subsistência desse homem, dessa tribo, ou dessa comunidade no mesmo intervalo de tempo. O trabalho pode criar um produto excedente, embora nem sempre uma comunidade se interesse em ampliá-lo até os confins do universo como acontece sob o nome de mais-valia na sociedade capitalista (p. 57).

É possível perceber, então, que o discurso de Frederick W. Taylor se constituiu como um recurso ideológico. Na sociedade capitalista, onde quem determina as relações de trabalho são os detentores do capital, como pode realmente o empregado ser parceiro de seu patrão se este obtém seus ganhos a partir da apropriação da mais valia gerada pelo trabalhador e através da manipulação do seu trabalho?

A divisão social do trabalho, ao separar os homens em proprietários e não-proprietários, dá aos primeiros poder sobre os segundos. Estes são explorados economicamente e dominados politicamente. Estamos diante de classes sociais e da dominação de uma classe por outra. Ora, a classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são dois: o Estado e a ideologia (Chauí, 2004 p. 82).

A partir desta relação de falsa igualdade, levantada pelo Taylorismo, discutiremos também o conceito de Homem Econômico e a partir deste, a constituição das relações de trabalho.

Para Taylor (1911/2008)

era absolutamente impossível, a qualquer pessoa, provocar rivalidade entre esses homens e seus patrões. Isso representa um exemplo muito simples, mas verdadeiro, do que queríamos dizer com as palavras prosperidade do empregado acompanhada da prosperidade do patrão, que resumem os dois principais objetivos da administração. É certo, também, que esses resultados foram alcançados com a aplicação dos quatro princípios fundamentais da administração científica (p. 60).

Para Taylor o conceito de homem econômico está relacionado com a motivação por recompensas financeiras, salariais e materiais, e a partir deste enfoque ele constrói uma visão do homem como um ser vadio e que deve ser absolutamente direcionado no seu trabalho. Assim ele justifica a necessidade da administração científica, para que os objetivos dos empregadores sejam alcançados. De acordo com Taylor (1911/2008), o trabalhador naturalmente é um ser que evita tarefas e responsabilidades e que, por isto, deve ser direcionado a partir da administração científica, para não passar a praticar o que ele chama de vadiagem no trabalho.

De acordo com Borges e Yamamoto (2004)

a justificação do seu trabalho (Taylor) assenta-se fortemente em sua avaliação da “vadiagem” no trabalho. De acordo com esta avaliação, o trabalhador quando demonstra interesse em produzir, é perseguido pelos demais. Taylor considera, então, a eliminação da “cera” e das causas que retardam o trabalho importante para reduzir o custo da produção. Por outro lado, responsabiliza a ignorância dos administradores como aliada ao propósito dos trabalhadores de “fazer cera” (p. 35).

Caberia à administração, através da seleção, encontrar homens extraordinários, com os requisitos considerados indispensáveis para o desenvolvimento de suas atribuições na fábrica. Após a seleção criteriosa dos trabalhadores, os supervisores tinham o dever de proporcionar o treinamento científico ou treinamento técnico, ou seja, explicar exatamente o que se esperava deles, qual o tempo determinado para cada atividade, qual a melhor forma de executar o trabalho. Taylor instituiu o controle de todo movimento do trabalhador no interior da fábrica, ou seja, ele acreditava que os próprios movimentos corporais dos trabalhadores deveriam ser padronizados, objetivando sempre a melhor forma de desenvolvimento do trabalho. De acordo com Heloani (2006),

(...) a divisão no espaço da produção será uma necessidade da especialização de tarefas entre as exigências do trabalho manual e a oportunidade de formular leis gerais por parte do trabalho intelectual. A especialização, por sua vez reafirma a necessidade de cooperação, na medida em que produz a interdependência (p. 19).

A objetividade era o enfoque das relações de trabalho e, em contrapartida, a subjetividade humana era pouco valorizada. Se tomarmos como subjetividade as crenças, valores, percepções e representações individuais e, como objetividade o que é pré-estabelecido pela empresa, sem levar em consideração o que o trabalhador pensa e espera do seu trabalho, poderemos, facilmente, entender porque, no taylorismo, tínhamos a valorização da objetividade em detrimento da subjetividade humana.

Neste contexto ideológico o intuito era de que os trabalhadores internalizassem a cooperação mútua, pois a partir desta, quanto mais atuassem em equipes, menos re-trabalho

e desperdício haveria no interior da fábrica. Afinal se patrões e empregados, empregados e empregados cooperam com o desenvolvimento do trabalho, maiores benefícios todos obterão, de acordo com as perspectivas e propostas tayloristas. Palavras e expressões como trabalho em equipe, iniciativa, relações interpessoais no trabalho, não surgiram nem foram disseminadas e valorizadas ao acaso. Heloani (2006) ressalta que o discurso da cooperação mútua pode ser traduzido como a modelização da subjetividade do trabalhador, pois ora esta não é considerada, ora é capturada pelas relações do capital sobre o trabalho.

De acordo com Borges e Yamamoto (2004),

(...) a administração científica, apesar de pretensa visão integrativa (identidade de propósito entre empregadores/empregados), atribuindo um elevado valor ao trabalho árduo, simbolizado como prosperidade, acaba, pelo método que advoga, por intensificar o processo de exploração e de alienação, porque radicaliza a monotonia e a cisão entre o pensamento e a execução, e amplia a mais-valia relativa (p. 35).

O taylorismo foi apenas o início de uma proposta tida como inovadora de trabalho e das formas consideradas adequadas para a execução deste. Os estudos de tempos e movimentos foram, também, largamente utilizados em outra perspectiva de administração do trabalho que veio a ser conhecida como fordismo, como veremos a seguir. Entretanto, já neste momento inicial acerca das reflexões sobre a organização científica do trabalho, nos deparamos com algumas contradições. Como estabelecer e manter relações de reciprocidade entre dois sujeitos (proprietário e trabalhador) que histórica e socialmente apresentam interesses, formas de atuação e de participação social totalmente distintas?

Outra contradição que pode ser percebida no conjunto das propostas tayloristas contrapõe os argumentos sobre a necessidade do máximo de produção e produtividade do trabalhador; a pretensa valorização do trabalho em equipe e da cooperação e as perspectivas de padronização e metodização dos tempos do trabalho e de movimentos do trabalhador no interior da fábrica. Como ser cooperativo se a forma de trabalhar já é pré-determinada?

A seguir, trataremos do Fordismo, que chegou a constituir um projeto de regulação da economia, a partir dos princípios que foram instituídos por Henry Ford. No Fordismo

encontramos uma forma de organização do trabalho que parte dos princípios do Taylorismo, mas que se amplia em uma proposta para a transformação do trabalhador em um consumidor. Será que estamos nos direcionando para a sociedade do trabalho ou do consumo?

## **2.2 Fordismo: a linha de montagem e a regulação da economia**

De acordo com Batista (s.d.), Henry Ford (1863-1947), partindo dos estudos tayloristas sobre o tempo e o movimento, idealizou e introduziu esteiras rolantes, para que as peças chegassem até os operários sem que estes tivessem que deslocar-se no interior da fábrica. Com isto, obteve consideráveis ganhos de tempo e também a base material para a implantação de suas proposições, cujo objetivo era gerar uma grande produção que deveria ser consumida em massa.

Ford concebia a empresa como um instrumento de serviços à população, mas também ao empregado, pois supunha que o ciclo de produção era iniciado a partir da necessidade do consumidor e, atendendo a esta, os empregados eram pagos de acordo com o que produziam. Assim, o fordismo se apresentava não apenas como uma teoria sobre a administração do trabalho, mas também como uma fonte de regulação da economia, pois à medida que os empregados eram bem pagos (sob a concepção de Ford) transformavam-se também em consumidores.

Toda ideologia fordiana dos altos salários é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna que atingiu um determinado grau de desenvolvimento, e não um fenômeno primário (o que, porém não dispensa de um estudo da importância e das repercussões que a ideologia pode ter por sua conta). Entretanto, o que é que significa “alto salário”? O salário pago por Ford é alto apenas em relação à média dos salários americanos? Ou é alto como preço da força de trabalho que os dependentes da Ford consomem na produção e com os métodos de trabalho de Ford? Não parece que uma semelhante pesquisa tenha ido feita

sistematicamente, mas também só ela poderia dar uma resposta conclusiva. A pesquisa é difícil, mas as próprias causas de tal dificuldade são uma resposta indireta (Gramsci, 1978, p. 333).

Segundo Batista (s.d.) Henry Ford procurava produzir o que necessitava para a montagem de um automóvel, para não depender de outras empresas, que não cumpriam prazos, podendo prejudicar os acordos e entregas. Chegou, inclusive, a fundar uma cidade no Brasil, situada na Amazônia, a Fordlândia (1928–1945), para o plantio de seringueiras e produção de borracha para os pneus dos veículos. Este empreendimento deveria durar 50 anos, mas durou somente 17, devido a uma praga que atacou os seringueiras.

As características principais do fordismo podem ser sintetizadas como: o trabalho dividido, o trabalho repetido, o trabalho em cadeia, o trabalho contínuo.

(...) O trabalho na era fordista, que vigorou por quase todo o século XX, caracterizou-se pela exploração intensa do trabalhador. Visto como simples apêndice da máquina, o operário fordista sofria com o trabalho repetitivo, massificado, mal-pago, intenso e embrutecedor, trabalho esse existente enquanto peça fundamental para o aumento do lucro capitalista (Peres, 2004, p. 01).

A lógica implícita na concepção fordista era a de que quanto maior a exploração e menor a remuneração, maior seria o lucro do empresário e mais acentuada a apropriação da mais-valia. Os princípios e métodos fordistas passaram a ser adotados também em outros setores de trabalho que não apenas a fábrica, tais como os de vendas, administração de pessoal e finanças.

Com o término da Primeira Guerra Mundial e a participação dos Estados Unidos da América no lado vencedor, estes conseguiram expandir suas preocupações e propostas de organização do trabalho a praticamente todos os mercados consumidores que passaram a dominar. O fordismo passou a ser, assim, uma doutrina quase que mundialmente aceita.

Mas, afinal, em que consiste o fordismo? Primeiramente, foi um projeto que objetivava administrar o estudo de tempos e movimentos, através da linha de montagem. Se

no taylorismo havia o supervisor ou cronometrista que controlava o tempo médio da produção, no fordismo este ritmo de trabalho passou a ser imposto pela esteira.

Os princípios da montagem são:

1º - Trabalhadores e ferramentas devem ser dispostos na ordem natural da operação de modo que cada componente tenha a menor distância possível a percorrer da primeira à última fase;

2º - Empregar planos inclinados ou aparelhos concebidos de modo que o operário sempre ponha no mesmo lugar a peça que terminou de trabalhar, indo ela ter à mão do operário imediato por força do seu próprio peso sempre que for possível;

3º - Usar uma rede de deslizadeiras por meio das quais as peças a montar se distribuam a distâncias convenientes (Heloani, 2006, p. 45).

De acordo com Heloani (2003), Ford, além de estruturar a linha de montagem, teve grande interesse pela vida privada de seus funcionários. Ele desejava que todas as pessoas que trabalhavam em sua empresa tivessem suas vidas privadas conduzidas de acordo com as regras socialmente aceitas para a época, como por exemplo, não serem dependentes de bebidas alcoólicas e serem casados, pois acreditava que funcionários com este perfil eram mais disciplinados.

Apesar destas práticas de controle e de exploração, no fordismo o trabalhador era visto como um consumidor que, conseqüentemente, iria movimentar a economia. Ford declarava que o patrão era sócio do empregado e este sócio do seu patrão. “[...] Ford estabelece a relação entre trabalho e capital como sociedade, criando uma nova identidade de interesses” (Heloani, 2003, p. 58). Se o operário é sócio do empresário, tem todo interesse em aumentar sua produtividade e aperfeiçoar-se.

Taylorismo e fordismo se consolidaram como teorias bastante próximas: nasceram em um contexto norte americano, criaram e se desenvolveram a partir do trabalho na indústria, objetivavam o máximo do trabalho humano com o mínimo do desperdício. São, também, semelhantes no que se refere aos aspectos ideológicos, especialmente se

considerarmos que a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política (Chauí, 2004).

Mas a relação de sociedade entre patrão e empregado, estabelecida por Henry Ford, também não constitui uma contradição? Como pode o patrão ser sócio do empregado se os objetivos de ambos em relação ao trabalho são absolutamente diferentes? Para explorar um pouco mais as contradições aqui apresentadas, façamos uma breve reflexão sobre a forma como Ford ideologicamente trabalhava com as esteiras. A argumentação do criador do fordismo diante de tal aspecto é de que as esteiras facilitavam as ações do trabalhador, eram mais práticas e evitavam desperdícios de tempo. Mas as preocupações com o desperdício de tempo respondiam a algum interesse dos trabalhadores ou visavam apenas o aumento do lucro do proprietário? Então, como falar em relações de igualdade entre capital e trabalho se identificamos contradições?

### **2.3 – Toyotismo: o estritamente necessário no momento correto**

O Sistema Toyota ou Toyotismo foi um modo de organização da produção, criado na fábrica da Toyota após a Segunda Guerra Mundial. Foi concebido para eliminar absolutamente o desperdício e superar o modelo americano de produção em massa. O Japão encontrava-se em condições econômicas desfavoráveis e, como forma de reverter esta situação, passou a tentar reduzir os custos da produção.

De acordo com Ohno (1997),

durante a reabilitação do pós-guerra a indústria automotiva japonesa viveu momentos difíceis. A produção doméstica em 1949 foi de 25.622 de caminhões e apenas 1.008 carros de passeio. Apesar de a produção doméstica parecer insignificante, a fábrica da Toyota estava cheia de pessoas ansiosas tentando fazer algo. As palavras do Presidente Toyota “Alcançar os Estados Unidos” geravam este espírito (p. 31).

Para o mesmo autor (1997), o sistema Toyota de administração da produção pode ser caracterizado através de seis aspectos. O primeiro: mecanização flexível, que consiste em produzir apenas o necessário; desta forma, contraria o fordismo, que previa e pregava a produção em massa e o estoque. Segundo: a multifuncionalização, ou seja, invés de cada operário ser especializado em um determinado tipo de tarefa, ele deve receber treinamentos para contribuir com a execução das várias tarefas na linha de produção. Terceiro: a implantação de sistemas de qualidade total, que consistem em técnicas de administração formadas por um conjunto de programas, ferramentas e métodos aplicados no controle do processo de produção das empresas, para obter bens e serviços pelo menor custo e com melhor qualidade, objetivando atender as exigências e a satisfação dos clientes. Quarto: o sistema *Just in Time* (no momento certo) que, mesmo sendo originário do fordismo, assume aqui um papel central e que objetiva produzir a quantidade necessária no tempo necessário. Quinto: fabricar o produto de acordo com o gosto do cliente. Sexto: controle visual, ou seja, a presença de alguém supervisionando as etapas produtivas.

O próprio criador do sistema Toyota, Ohono (1912-1990) acreditava que era muito difícil romper com a tradição da planta de fábrica, na qual os operadores têm tarefas fixas, e chegam, inclusive, a identificar-se com elas, auto-nomeando-se, por exemplo, torneiros mecânicos. Segundo ele, a implantação do sistema funcionou no Japão porque estavam dispostos a fazê-lo e por que eram as condições de que dispunham naquele momento histórico.

São características do toyotismo a valorização da habilidade individual, o trabalho em equipe e a automação industrial, minimizando o trabalho humano.

a implementação da automação está a cargo dos gerentes e supervisores de cada área de produção. A chave está em dar inteligência humana à máquina e, ao mesmo tempo, adaptar o movimento simples do operador humano às máquinas autônomas (Ohno, 1997, 29).

Assim, além da automação dos processos industriais, já prevista e valorizada no fordismo e que visava aumentar a velocidade da produção, a automação visa a construção de máquinas capazes de reduzir o desperdício. A subjetividade, neste contexto,

se inverte: homens se transformam em máquinas; máquinas completam o ciclo, tornando-se cada vez mais humanas.

Além disso,

os processos produtivos (...) foram flexibilizados adequando-se à nova ordem. As empresas tornaram-se mais horizontalizadas e enxutas, fragmentaram-se internacionalmente, incrementaram a produção através do uso de tecnologia, de novas formas de organização e gestão da produção. Diminuíram os custos pela eliminação do trabalho humano, pela eliminação dos estoques, etc. É considerado modelo de flexibilização produtiva o toyotismo (...) (Sivieri, 2001 p. 164).

Assim sendo, como é a vida do trabalhador no regime flexível? De acordo com Sivieri (2001), é necessário que o trabalhador realize múltiplas atividades; ele precisa ter pré-disposição para a aprendizagem no trabalho; o pagamento pessoal passa a ser baseado em um sistema detalhado de bonificações; é atribuída ênfase à co-responsabilidade do trabalhador por todo o desenvolvimento do trabalho.

Não é contraditório o estabelecimento de responsabilidades ao trabalhador sobre seu desenvolvimento na fábrica, num momento em que ele está sendo substituído pelas máquinas? Quais são as responsabilidades e as possibilidades de decisão que o trabalhador efetivamente tem sobre seu trabalho, se a maioria dos postos de trabalho já não existe mais? Em função da automação e da autonomação, os relativamente poucos seres humanos que têm trabalho na indústria devem desenvolver inúmeras atividades, todas delimitadas e direcionadas pelas máquinas. Esta é a condição essencial para a manutenção dos seus empregos.

Considerando o histórico da organização social do trabalho a partir do taylorismo, denota-se que em três momentos distintos (taylorismo, fordismo e toyotismo), a constituição do trabalhador acontece a partir do significado e dos objetivos atribuídos ao trabalho e pelas contradições que são postas, em cada momento, entre as relações permeadas pela ideologia do capital sobre o trabalho.

## 2.4 As relações de trabalho e a Pós-Modernidade

Os itens anteriores trouxeram as idéias do taylorismo, fordismo e toyotismo e suas relações, estabelecidas ideologicamente, com o significado do trabalhador ideal para cada um destes sistemas de produção. Nestes contextos temos a modelação de um trabalhador-máquina (taylorismo); a intenção de transformar o trabalhador em consumidor (fordismo) e a substituição do trabalho humano pelas máquinas (toyotismo). Após o fordismo e quase de forma paralela ao toyotismo, algumas mudanças culturais e históricas vão transformando a sociedade industrial, numa sociedade pós-industrial, ou seja, temos aqui a passagem do que historicamente consideramos tempos modernos para a chamada pós-modernidade.

Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950). Ele nasce com a arquitetura e a computação nos anos 50. Toma corpo com a arte Pop nos anos 60. Cresce ao entrar pela filosofia, durante os anos 70, como crítica da cultura ocidental. E amadurece hoje, alastrando-se na moda, no cinema, na música e o cotidiano programado pela tecnociência (ciência e tecnologia, invadindo o cotidiano com desde alimentos processados até microcomputadores), sem que ninguém saiba se é decadência ou renascimento cultural (Santos, 1986, p. 8).

De acordo com Santos (1986) a fábrica suja, feia, foi o templo moderno; o shopping é o altar da pós-modernidade. Essa passagem da sociedade moderna para a pós-moderna, caracteriza algumas transformações no mundo do trabalho e na concepção de trabalhador, sobre as quais explanaremos a seguir.

Fontenelle (2008) escreve que a pós-modernidade traz em si um novo tipo de trabalho, em que o consumo passa a ter proeminência, daí o fenômeno pós-moderno sempre estar relacionado com a cultura de consumo. As organizações/empresas passam a se organizar tendo em vista o mercado consumidor, até mesmo na maneira de organizar internamente a gestão, com predominância de assuntos até então desconhecidos, como por

exemplo, a vertente midiática (meios de comunicação de massa), a publicidade, técnicas de marketing. Hobsbawm (1995) explica que a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo.

Se neste contexto histórico o que prevalece é a relação de consumo, como são as relações de trabalho na pós-modernidade?

O trabalho agora é imaterial, a ênfase não é mais no trabalho pela produção, na indústria. As organizações são tidas como flexíveis, ou seja, precisam sempre se ajustar ao mercado consumidor, no qual a satisfação do desejo do cliente é base para a manutenção da estrutura capitalista da organização.

Assim, o novo trabalho requer um tipo específico de ser humano capaz de prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias, ou seja, apto a atender a três desafios centrais: do tempo, o que significa pessoas capazes de cuidar de relações de curto prazo, e de si mesmas, e ao mesmo tempo ter sempre a flexibilidade de migrar de uma tarefa para outra; do talento, que consiste em ser capaz de desenvolver novas habilidades e descobrir capacidades potenciais, à medida que vão mudando as exigências da realidade; e, finalmente, a capacidade de abrir mão do passado, o que demanda um traço de caráter específico, capaz de descartar as experiências já vivenciadas (Fontenelle, 2008, p. 57-58).

A partir da década de 50 do século passado, muitas transformações na tecnologia contribuíram significativamente para as mudanças nas relações de trabalho. Será que o trabalhador é realmente necessário na sociedade capitalista pós-moderna? As máquinas podem fazer o trabalho dos homens?

Desde seu início, a civilização tem se estruturado, em grande parte, em função do conceito do trabalho. Do caçador/colhedor Paleolítico e fazendeiro Neolítico, ao artesão medieval e operário da linha de montagem do século atual, o trabalho tem sido parte integral da existência diária. Agora, pela primeira vez, o trabalho humano está sendo

sistematicamente eliminado do processo de produção. Em menos de um século, o trabalho “em massa” no setor do mercado será provavelmente eliminado em praticamente todas as nações industrializadas do mundo. Uma nova geração de sofisticadas tecnologias de informação e de comunicação está sendo introduzida aceleradamente nas mais diversas situações de trabalho. Máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas, forçando milhões de trabalhadores de escritório e operários para as filas do desemprego ou, pior, para as filas do auxílio desemprego (Rifkin, 1995, p. 3).

Exemplos muito próximos da nossa realidade e do nosso tempo confirmam as idéias de Rifkin (1995) e Fontenelle (2008). Basta lembrarmos os sucessivos processos de privatização de empresas estatais, de fusões de empresas concorrentes e de intensa substituição de pessoas por máquinas que ocorrem ao nosso redor. Num passado bem recente, sempre que precisávamos pagar nossas contas, íamos diretamente à fila do banco e éramos atendidos por pessoas. Onde estão elas, hoje? Em sua grande maioria, foram substituídas por caixas eletrônicos; estes, por sua vez, já vêm sendo parcialmente substituídos por computadores pessoais, conectados em redes.

Assim, com as mudanças da chamada pós-modernidade, será que todos os trabalhadores serão substituídos por aparatos tecnológicos? Talvez não tenhamos uma resposta absoluta para esta indagação, mas temos alguns exemplos dessas mudanças no contexto do trabalho humano (ou será o trabalho das máquinas?). As secretárias, que eram contratadas para anotar recados ou administrar agendas, estão sendo substituídas por secretárias eletrônicas. Vários agentes de segurança foram substituídos por sistemas de monitoramento, a partir dos quais dois ou três funcionários conseguem vigiar quilômetros de extensão a partir de circuitos fechados de televisão. Rifkin (1995) acredita que o papel dos humanos, como o mais importante fator de produção está fadado a diminuir, do mesmo modo que o papel dos cavalos na agricultura foi de início, diminuindo e depois eliminado, com a introdução dos tratores.

Será que a pós-modernidade anuncia efetivamente o fim dos empregos? E quem é o trabalhador na pós-modernidade?

A pós-modernidade é caracterizada em sua essência pela sociedade do consumo e não pela sociedade do trabalho. Temos pouquíssimos postos de trabalho, cada vez menos trabalho, por conta de toda a tecnologia da informação, aliada aos interesses capitalistas. Os trabalhadores que têm a pretensão de fazer parte do mundo do trabalho formal, independente de sua função ou cargo, deverão desenvolver, ao máximo, as características consideradas necessárias para sua inclusão no mundo do trabalho ou manutenção do seu emprego (já bastante escasso). Essas características são: flexibilidade, inovação, criatividade, dentre outras.

Sivieri (2001) afirma que a realização de múltiplas atividades, ênfase na co-responsabilidade do trabalhador, eliminação da demarcação de tarefas, são características do regime flexível, que já era adotado no toyotismo e vem sendo intensificado (a cada dia mais) na pós-modernidade.

O trabalhador, neste momento histórico é alguém que não tem garantia de trabalho formal, que deve desenvolver inúmeras características pessoais e profissionais, para a execução adequada do trabalho, que são criadas e desejadas pelo capitalismo. Estamos vivendo num contexto onde temos cada vez menos trabalho formal, nos moldes tradicionais, e cada vez mais incentivos, inclusive por parte da mídia, para o chamado trabalho autônomo. Diante de todo este quadro, não é contraditório, justamente no momento em que não temos, ou que temos cada vez menos empregos formais, ser criada uma lei que determina a inclusão de pessoas com necessidades especiais como empregados no mercado formal de trabalho? Se a pós-modernidade é marcada pela história da transformação da sociedade do trabalho em sociedade do consumo, qual será o motivo da promoção de abertura ou de reserva de vagas de emprego onde elas não existem mais ou estão em extinção?

Com a expectativa de relacionar este contexto sobre a pós-modernidade e a inclusão das pessoas com necessidades especiais (Pne's) no mercado formal de trabalho, trataremos a seguir das transformações no contexto do trabalho entre as décadas de 1980/1990 no Brasil. Enfatizaremos especialmente a lei de cotas e o que efetivamente caracteriza uma pessoa como portadora de alguma necessidade especial.

## **2.5 As transformações no contexto do trabalho entre as décadas de 80/90 no Brasil.**

Como pudemos perceber, os rumos da organização e da administração do trabalho no século XX atenderam às necessidades sócio-históricas e aos contextos momentâneos e específicos do capitalismo, da necessidade de produção e acumulação do capital.

Mas e o Brasil? Como se organizou o trabalho no século XX, em nossas terras? A lógica de organização teria sido a mesma dos Estados Unidos ou do Japão? Seguramente que não e, segundo Freyre (1933/2006) foi a escravidão que direcionou, durante três séculos, em nosso país, a formação dos conceitos de trabalho e de trabalhador. O trabalho e especialmente o trabalho braçal era visto como uma atividade indigna e o trabalhador-escravo como uma espécie subumana. O Estado era comprometido com as oligarquias rurais (envolvidas e sustentadas pela escravidão) que não permitiam ou procuravam evitar a industrialização e a urbanização do país.

De acordo com Oliveira (1999), mesmo depois dos anos 30 do século passado, quando houve um esforço maciço de modernização da produção do país, por parte de Vargas (1882-1954), as oligarquias não deixaram de existir, fazendo com que os rumos do capitalismo no Brasil fossem determinados por uma forma de pensamento mais ligada à produção agrícola e ao autoritarismo e menos voltada para o mercado e a produção industrial.

Nosso objetivo nesta parte final do Capítulo é investigar como tais tendências chegaram até o contexto do trabalho nos anos 80 e 90, quando as cotas para as Pessoas com Necessidade Especiais foram criadas. Discutiremos o papel do governo Vargas, principalmente de 1930 a 1945, na formação da identidade do trabalhador, e os rumos do desenvolvimento econômico nos anos da ditadura militar (1964 – 1985) e, no fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, como as reformas orientadas para o mercado influíram na organização do trabalho no Brasil.

Conforme dissemos, a escravidão deixou marcas profundas nos conceitos de trabalho e trabalhador no Brasil. A escravidão não foi apenas uma forma de exploração econômica e dos trabalhadores, mas uma forma de dominação de pessoas. Oliveira (1999, p. 59), tratando da escravidão no Brasil, nos fala nas “[...] cores fortes da violência sexual

como apropriação do corpo e anulação do outro, na proibição dos cultos africanos como proibição da fala, no rigor dos castigos como proibição da reivindicação”. Se o trabalho é forma de criação de relações humanas, na escravidão tais relações estão totalmente transfiguradas e fortemente violentadas. O trabalho escravo não é um direito ou um dever: é uma propriedade que aniquila a humanidade do escravo. O fim da escravidão gerou esse impasse: como transformar essa visão de trabalho? A imigração foi uma forma, mas mesmo o imigrante, que conceito de trabalho encontrou?

Não se possuía no Brasil um passado de tradições a que se pudesse recorrer ou que pudesse acionar em auxílio à construção deste perfil de trabalhador. Tratava-se, ao contrário, de superar o passado escravista, em nome do futuro de um novo trabalhador. Só que este sujeito sem passado, também não possuía contornos nítidos no presente. Como em outras experiências históricas, os trabalhadores do Brasil de fins do século XIX não são um todo homogêneo. Eles se diferenciam em cor, sexo, nacionalidade (a imigração cresce até os anos 20), e se autodefinem como artistas, operários, artesãos-assalariados, funcionários, etc. (Gomes, 1991, 72).

Foi com a Revolução de 1930 que começou a ocorrer uma mudança no desenvolvimento econômico do Brasil. O rompimento com o passado oligárquico e rural foi levado à frente pelos novos governantes, com a bandeira do desenvolvimento capitalista, industrial e urbano, mas ainda conduzido por um Estado fortalecido e centralizador. A era varguista foi a era do trabalhismo, conforme podemos depreender de seu discurso em 1.º de maio de 1954 (o mesmo ano de seu suicídio) no qual dizia aos trabalhadores: “Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo” (citado por Gomes, 1991, 70).

Mas quem é, então, esse trabalhador dos anos 30? O novo governo buscou, pela via das leis e da cidadania, a formação da consciência do trabalho. Vejamos nesta citação de Santos (1987):

sugiro que o conceito-chave que permite entender a política econômico-social pós-30, assim como fazer a passagem da

esfera da acumulação para a esfera da equidade é o conceito de cidadania, implícito na prática política do governo revolucionário, e que tal conceito poderia ser descrito como de cidadania regulada. Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante a ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido em lei (p. 68).

O trabalhador funde-se com o cidadão, ou seja, seus direitos só existem e podem ser reconhecidos se ele fizer parte do grupo daqueles que têm um lugar jurídico na sociedade, ou seja, se houver uma lei que reconheça e defina sua profissão. Se, assim, o trabalhador ganhava uma identidade (esquecido o passado de escravo) temos aqui novamente a confusão da economia com a política e com o jurídico. Claro que para as classes dominantes (oligárquicas inclusive) esta situação foi bastante favorável. Mesmo no ambiente urbano ficava possível distinguir rapidamente o legítimo do não-regulado e, portanto, do marginal. Instituíam-se o símbolo da cidadania regulada:

(...) instituíam-se, em 1932, a carteira de trabalho, que era a evidência jurídica fundamental para o gozo de todos os direitos trabalhistas, e nela fixava-se a profissão do trabalhador. Ao mesmo tempo, produzia-se abundante

legislação regulando categoria após categoria econômica, na área urbana, evidentemente, sem o que seria impossível a implementação das leis. Com a Carta de 1937, finalmente coroa-se todo esse desenho de engenharia. A população economicamente ativa é partilhada em regulamentados e não-regulamentados, os regulamentados o são por categoria profissional e apenas os trabalhadores regulamentados poderiam associar-se em sindicatos, os quais deveriam ser reconhecidos pelo Estado.

A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico (Santos, 1987, 69).

É interessante lembrar que, até recentemente, o porte de uma carteira de trabalho assinada era um instrumento de distinção entre as pessoas honestas (os trabalhadores) e aqueles grupos tidos como potencialmente perigosos (criminosos, vagabundos, etc.).

Podemos notar que a grande diferença da organização do trabalho no Brasil é que ela é feita, unilateralmente, pelo Estado. A carteira de trabalho não é um símbolo da identidade do trabalhador, forjada por ele, mas o atestado de cidadania do sujeito, fornecido e formalizado fora do mundo do trabalho. Mais ainda, é seu atestado de normalidade, diante das regras jurídicas que o definem e protegem. O taylorismo, o fordismo e o toyotismo ocorreram dentro das fábricas e, em muito pouco podemos observar seus idealizadores falando de política ou de normas jurídicas. No entanto, seus objetivos eram bem claros: construir – selecionando e treinando – trabalhadores adaptados à nova realidade do mercado. O regime trabalhista instaurado por Vargas tinha a mesma finalidade seletiva, mas era uma seleção que abrangia a esfera político-administrativa da sociedade. As

próprias formas de organização dos trabalhadores, elaboradas e construídas por eles, foram suprimidas:

é notável e reconhecido na literatura que tanto as sociedades de ajuda mútua organizadas pelo operariado quanto os próprios sindicatos, anarquistas, anarco-sindicalistas, socialistas e posteriormente comunistas, foram anulados e transformados pela ditadura de Vargas nos Institutos de Previdência e nos sindicatos tutelados (Oliveira, 1999, p. 61.).

Assim, o Estado centralizava tudo o que se referia ao trabalho. O sistema previdenciário atrela definitivamente o trabalhador à burocracia estatal e o deixa, em todas as fases de sua vida funcional e de aposentado, atrelado ao Estado. No entanto, para ter acesso ao sistema previdenciário, era necessário que o sujeito fosse um cidadão, devidamente regulado.

O sistema previdenciário estatal permitiu, assim, a consolidação dos laços que amarravam a um mesmo destino a oligarquia política que controlava as instituições do Ministério do Trabalho e a oligarquia sindical que controlava os organismos operários. Na base de tudo encontrava-se a prática da cidadania regulada, sem a qual todo o sistema de controle sindical e de distribuição de benefícios previdenciários compensatórios perderia eficácia (Santos, 1987, 71).

É interessante notarmos que este Estado, gestado nos anos 30, serviu de base para os próximos governos que o sucederam, até fins dos anos 80. Muito embora tenha sido questionado, modificado, o Estado brasileiro desta parte do século XX foi alavancado pelo pacto desenvolvimentista, ou seja, o Estado como norteador e patrocinador do desenvolvimento do capitalismo. O capitalismo foi implantado de forma segura, gradual, lenta, sob a batuta da política, que via nos acordos entre os setores burgueses e oligárquicos nacionais a melhor forma de conduzir a economia do país.

Mesmo industrializante, o Estado Desenvolvimentista brasileiro nunca foi representante político de uma burguesia

conquistadora, com vocação para moldar a totalidade da vida social aos padrões do capitalismo industrial e da sociedade de classes desenvolvida. Pelo contrário, nascido em 1930 de uma peculiar acomodação entre oligarquias agromercantis e setores urbanos emergentes, o Estado foi ajustando-se ao crescente domínio da burguesia industrial mas esta nunca rompeu politicamente com as frações “atrasadas” da burguesia, fossem rurais fossem urbanas, apenas deslocou-as para posições subalternas (Sallum Jr., 1996, p. 46).

O Estado Desenvolvimentista era a forma que as elites tinham para acomodar-se no poder e manter, assim, as rédeas da economia. O que fizeram os governos até os anos 80 foi manter o pacto, ainda que de forma exacerbadamente cruel, como em 1964:

o golpe de Estado de 1964 e toda sua duração não foram senão o esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no Brasil, pelo menos desde os anos trinta. Tortura, morte, exílio, cassação de direitos, tudo era como uma sinistra repetição da apropriação dos corpos e do seu silenciamento, do seu vilipendiamiento, da saga gilbertiana. Sindicatos mais que tutelados passaram a administrações diretamente nomeadas pelo Ministério do Trabalho, além, é claro, da regulação administrativa dos conflitos e da fixação, igualmente por via administrativa, dos salários, seus pisos, e, por consequência, seus tetos, e a própria formação do mercado de força de trabalho (Oliveira, 1999, p. 64).

Podemos perceber, então, que o trabalhador brasileiro foi forçosamente forjado através da cidadania regulada.

Foi em fins dos anos 1980 que o Estado Desenvolvimentista passou a ser severamente questionado, diante do fato de que estes foram anos de estagnação econômica no Brasil, e o Estado foi apontado como o grande culpado, já que era o gestor da política e da economia, dono de empresas e bancos. A eleição de Fernando Collor de Mello foi a

opção das classes dominantes (ainda que com sérias dúvidas, principalmente à respeito do caráter aventureiro do então candidato) para a “integração com o primeiro mundo” (Sallum Jr., 1996, p. 199) e com as reformas orientadas ao mercado, as privatizações e a implantação da chamada agenda neoliberal no Brasil.

No mandato de Collor foi promulgada a Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os benefícios da Previdência. É esta lei que determina, em seu artigo 93, cotas de emprego para as pessoas com deficiência, da seguinte forma:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I – de 100 a 200 empregados .....	2%;
II - de 201 a 500 .....	3%;
III - de 501 a 1.000 .....	4%;
IV - de 1.001 em diante .....	5%.

É bastante contraditório que neste momento de implantação de intensa racionalidade econômica e justamente com a saída de cena do Estado como gestor do desenvolvimento econômico, uma lei federal interfira, desta forma, na gestão das empresas, sem ao menos cogitar que, em determinadas regiões pode haver maior ou menor número de pessoas com necessidades especiais, e que tais percentuais podem ser bastante problemáticos. Continuando com as contradições, vemos que as leis Previdenciárias dos anos 30 tinham por finalidade ser um controle a mais sobre o trabalhador, através da cidadania regulada. Isso não é diferente nos anos 90, pois a finalidade desta lei é justamente incluir mais pessoas na cidadania, que não deixou de ser regulada. Finalizando este capítulo, podemos até questionar: se em um mundo onde o trabalho já não é mais categoria fundamental da economia, e sim o consumo, qual é o espaço da cidadania para o trabalhador e especialmente para os trabalhadores portadores de necessidades especiais?

### **3.**

## **O QUE SÃO PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

De acordo com Lancillotti (2003), em cada momento histórico as deficiências vêm sendo conceituadas de formas diferentes e estas diferenças estão relacionadas aos modos de produção social. Nas comunidades primitivas e nas sociedades escravistas o deficiente ficava a mercê da própria sorte. Era concebido como um peso para seu grupo social, e assim não havia qualquer compromisso deste grupo com a manutenção daqueles que não podiam prover sua própria existência. Eles eram simplesmente abandonados. Na sociedade feudal, sob a influência teológica, a partir da instituição de uma moral cristã segundo a qual todos os seres vivos eram igualmente filhos de um mesmo criador, a prática deste abandono passou a ser intolerável. Neste contexto, a alternativa adotada foi o asilamento, que assegurava os cuidados exigidos pela moral cristã vigente e removia o incômodo dos cuidados a serem executados pelos familiares.

Segundo a mesma fonte, com a transição do feudalismo para o capitalismo, momento de crise ideológica, o homem, a sociedade e o mundo passaram a ser concebidos como realidades individuais, dotadas de uma lógica particular, em vez de serem determinados por forças divinas. Contraditoriamente, o tratamento dispensado aos portadores de deficiências, embora sob uma lógica social diferente, continuou semelhante: eles eram enviados a instituições e ficavam junto com outras pessoas nas mesmas condições.

Ante a afirmação de que a deficiência é uma condição histórica, resta a assertiva de que, em todos os tempos, de uma forma ou de outra, algumas deficiências foram identificadas e esses homens foram discriminados em seu grupo social, o que aparentemente indicaria o caráter permanente da deficiência (Lancillotti, 2003, p. 50).

Diante do objetivo do nosso trabalho, neste capítulo conceituaremos as pessoas que hoje são classificadas como portadoras de necessidades especiais (Pne's) e ainda as

peças reabilitadas, uma vez que a Lei 8.213/1991 trata da inclusão destes dois grupos no mercado de trabalho.

De uma forma ampla, o termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (Ribas, 1983 p.10).

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para fins de reserva legal, em relação aos Pn's, deve-se considerar o Decreto nº 3.298/99, cuja redação foi atualizada após longas discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), pelo Decreto nº 5.926/04.

Estes Decretos estabelecem as seguintes definições:

I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

O mesmo documento traz, ainda, definições específicas sobre as deficiências físicas, auditivas, visuais, mentais e múltiplas.

Entende-se por deficiência física a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano,

acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

Seguem-se algumas definições, que foram extraídas do site do MTE:

- \* Amputação - perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro;
- \* Paraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores;
- \* Paraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- \* Monoplegia - perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- \* Monoparesia - perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
- \* Tetraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- \* Tetraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
- \* Triplegia - perda total das funções motoras em três membros;
- \* Triparesia - perda parcial das funções motoras em três membros;
- \* Hemiplegia - perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);

\* Hemiparesia - perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);

\* Ostomia - intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

\* Paralisia Cerebral - lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental;

\* Nanismo - deficiência acentuada no crescimento. É importante ter em mente que o conceito de deficiência inclui a incapacidade relativa, parcial ou total, para o desempenho da atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

A deficiência auditiva é a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II). A deficiência visual, de acordo com os mesmos Decretos, inclui:

\* Cegueira - na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;

\* Baixa Visão - significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;

\* Os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º;

\* A ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

As pessoas com baixa visão são aquelas que, mesmo usando óculos comuns, lentes de contato, ou implantes de lentes intraoculares, não conseguem ter uma visão nítida. Elas

podem ter sensibilidade ao contraste, percepção das cores e intolerância à luminosidade, dependendo da patologia causadora da perda visual.

A deficiência mental é conceituada, pelas mesmas fontes, como o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho. Já as deficiências múltiplas consistem na associação de duas ou mais deficiências.

Além dos portadores de deficiências, a chamada Lei de Cotas visa beneficiar, também, pessoas consideradas como reabilitadas profissionais. Estas, por sua vez, são as que se submeteram a programas oficiais de recuperação da atividade laboral, perdida em decorrência de algum acidente de trabalho ou doença ocupacional, ou qualquer outro tipo de acidente. À que se atestar tal condição por documentos públicos oficiais, expedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou órgãos que exerçam função por ele delegada.

Por outro lado, pessoas com visão monocular, surdez em um ouvido, deficiência mental leve, ou deficiência física que não implique impossibilidade de execução normal das atividades do corpo, não são consideradas, de acordo com aqueles Decretos, como portadoras de necessidades especiais.

O que estamos preocupados em refletir e quem sabe até desvendar é porquê, com a constituição histórica da organização social do trabalho, temos um momento contraditório ao que foi proposto como centralidade do trabalho: a relação homem-máquina. O trabalhador que entre o taylorismo-fordismo-toyotismo precisava ter o ritmo da máquina e condições físicas e mentais adequadas para desenvolver seu trabalho, agora é concebido de outra forma, que independe daquelas condições e as preocupações com a inclusão passam a tomar o lugar antes destinado às preocupações com a seleção. O motivo destas mudanças será, mesmo, um gesto humanitário? A julgar pelo comentário seguinte, parece que não, ou, ao menos, que não apenas:

ao abordar o tema da inclusão, não o tratamos apenas como questão social, mas também sob a perspectiva da gestão empresarial. Criar novas práticas nas relações profissionais,

trabalhar com a diversidade e buscar as diferenças para crescer são recomendações freqüentes dos maiores especialistas da administração empresarial (Diniz, 2002, p. 8).

Além disto, será que os Pne's desejam sua inclusão no mercado de trabalho? Será a inclusão profissional possível num mundo pós-moderno, onde impera a sociedade do consumo? O que eles pensam sobre isso? Estas últimas questões constituem o foco central deste trabalho. Procuraremos investigar as manifestações de tal público acerca das questões apontadas à luz da teoria das Representações Sociais, a qual abordaremos em maiores detalhes no próximo capítulo.

## **4.**

### **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE**

Este capítulo tem por objetivo a exposição de conceitos relativos à teoria das representações sociais, seus antecedentes históricos, bem como reflexões acerca das representações individuais e culturais. No final do capítulo contextualizaremos alguns exemplos relacionados com o trabalho em questão (a inclusão – ou não – das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho) e a teoria das representações sociais.

O termo Representações Sociais foi proposto inicialmente pelo psicólogo social francês Serge Moscovici (1928 -), que objetivava redefinir os problemas da Psicologia Social a partir deste conceito (Sá, 1995). De acordo com Abric (2000), o que constitui o ponto de partida desta teoria é o abandono da distinção clássica e fortemente desenvolvida pelas abordagens behavioristas entre sujeito e objeto. A partir da teoria das representações sociais não existe separação entre o universo externo (o espaço da objetividade) e o universo interno ao sujeito, pois a representação é tudo o que é subjetivamente construído ou reconstruído, o que o indivíduo toma como sua realidade e também o compartilhamento desta realidade.

A teoria das representações sociais tem constituição recente se a compararmos com a própria história da Psicologia.

A Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica de Psicologia Social, originada na Europa com a publicação, feita por Moscovici (1961) de seu estudo *La Psychanalyse: Son image et son public*. Ela difere marcadamente das formas psicológicas de Psicologia Social que são atualmente predominantes nos Estados Unidos da América. (...) O contraste se dá entre uma tradição de pesquisa europeia e uma americana na Psicologia Social, começou com o fim da II Guerra Mundial (Farr, 1995 p. 31).

De acordo com Farr (1995), a Psicologia Social se desenvolveu a partir do positivismo de Auguste Comte (1798-1857) e na América do Norte começou como uma subdisciplina da sociologia.

A maioria dos teóricos anteriores à Segunda Guerra Mundial distinguiram entre dois níveis de fenômenos – em termos gerais, o nível do individual e o nível do coletivo (isto é, a cultura ou a sociedade). Wundt, por exemplo, distinguiu entre psicologia fisiológica e “Volkerpsychologie”. A última, em termos amplos, equivalia à cultura. Durkheim (1898) distinguiu entre o estudo das representações individuais (o domínio da psicologia) e o estudo das representações coletivas (o domínio da sociologia). Le Bon (1895) distinguiu entre o indivíduo e as massas (ou a multidão). Freud tratou o indivíduo clinicamente e desenvolveu uma crítica psicanalítica da cultura e da sociedade (Farr, 1995 p. 35).

Sá (1995) relata que na sociologia durkheimiana a sociedade é vista como uma realidade a partir das representações coletivas que a exprimem; estas representações coletivas são fatos sociais, coisas reais por elas mesmas. Na perspectiva de Durkheim, os indivíduos que compõem a sociedade seriam portadores das representações coletivas, mas estas não poderiam ser reduzidas ao conjunto das representações individuais.

Ainda de acordo com Sá (1995) há três aspectos que devemos considerar no que se refere às diferenças entre a proposta das representações coletivas de Émile Durkheim e a teoria das representações sociais na proposta de Serge Moscovici: primeiro, Durkheim acreditava estar nas representações coletivas a história intelectual da humanidade. Moscovici estabelece uma psicossociologia do conhecimento. Estabelece que as representações sociais devem ter por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. Segundo, a concepção de Durkheim era estática. Moscovici acredita na plasticidade, mobilidade e circulação das representações. Por último, as representações coletivas eram vistas na sociologia durkheimiana como entidades explicativas absolutas, irreduzíveis por qualquer análise posterior. Ao contrário, Moscovici,

sustenta que é preciso penetrar nas representações para descobrir a sua estrutura e seus mecanismos internos.

Sendo assim, para trabalhar com a teoria das representações sociais, seria possível distinguir a construção individual da construção coletiva? Não seriam as representações sociais a construção social da realidade?

Abric (2000) relata que a teoria das representações sociais está interessada em desvendar o pensamento coletivo, bem como as regras que regem o pensamento social. Não há uma realidade objetiva *a priori*, para tal autor, visto que toda realidade pode ser representada e toma sua forma a partir da ótica de quem percebe. Toda representação é, portanto, uma forma de visão global e unitária de um objeto, mas também de um sujeito.

Tendo como referência Berger e Luckmann (2007), a realidade da vida cotidiana está organizada em torno do aqui e agora. Estes autores ressaltam que o aqui e agora, o momento que cada indivíduo vivencia não é composto apenas por situações relativas a este momento, ou seja, a realidade da vida diária, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça também fenômenos que não estão presentes ali. A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente.

A partir da realidade individual da vida cotidiana, inferimos a interação social, ou seja, a realidade da vida é partilhada com outras pessoas.

A representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-decodificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas (Abric, 2000 p. 28).

Ainda de acordo com Abric (2000) as representações sociais exercem quatro funções específicas. Função de saber, pois permitem compreender e explicar a realidade; elas compõem um saber prático, voltado para a solução de problemas comuns. Função identitária, uma vez que as representações compartilhadas permitem que cada pessoa se perceba como parte de um grupo e perceba, ao mesmo tempo, as pessoas que fazem parte

do mesmo. Assim, elas definem a identidade de um grupo, de cada um dentro dele e exercem papel importante no controle social exercido pela coletividade sobre cada um de seus membros. Além disso, permitem a proteção da especificidade dos grupos. Função de orientação, já que, como formas de conhecimento sobre a realidade vivida, elas guiam os comportamentos individuais e harmonizam as práticas grupais. Função justificadora, pois servem também para tornar aceitáveis os comportamentos e as tomadas de posição dos participantes dos grupos que as compartilham. Paralelamente, podem auxiliar a preservar e justificar a diferenciação social e estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles.

A teoria e o estudo das representações sociais contribuem para a compreensão da realidade social enquanto uma construção social subjetiva e intersubjetivamente compartilhada pelos agentes desta realidade. As representações são o motor das ações de indivíduos que constroem uma realidade. De acordo com as funções acima descritas, elas permitem a compreensão do senso comum, da vida cotidiana do indivíduo e suas relações sociais.

É neste sentido que o estudo das representações sociais nos parece essencial na psicologia social, porque ele oferece um quadro de análise e de interpretação que permite a compreensão da interação entre o funcionamento individual e as condições sociais nas quais os atores sociais evoluem. Este estudo permite compreender os processos que intervêm na adaptação sociocognitiva dos indivíduos à realidade cotidiana e às características do meio social e ideológico (Abric, 2000 p. 35).

De acordo com Wagner (2000), o denominador comum desse tipo de pesquisa é a característica de tal conhecimento ser um conjunto coletivamente compartilhado de crenças, imagens, metáforas e símbolos num grupo, comunidade, sociedade ou cultura. O autor ainda esclarece que há várias definições das representações sociais e que essa diversidade é provavelmente devida às múltiplas facetas do próprio conceito.

O estudo das representações sociais mantém seu foco não especificamente no discurso, mas sim na ação. Na vida cotidiana o pensar é prático e a ação é importante para esta compreensão.

Ainda de acordo com Wagner (2000) a representação social como processo só pode ocorrer em grupos e sociedades onde o discurso social inclui a comunicação tanto de pontos de vista compartilhados quanto divergentes sobre muitos assuntos. Este é um aspecto que diferencia fundamentalmente as representações sociais da ideologia, pois onde não há discordância teremos ideologia e não representações sociais. Conforme relata Moscovici (2007) todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade é isso que as caracteriza.

(...) nós podemos afirmar o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações (p. 40).

As representações sociais são estruturas dinâmicas e não estáticas. Por ser dinâmica, a própria transformação nas representações dos grupos pode constituir também seu objeto de estudo.

Abric (2000) considera as representações como constituídas por um duplo sistema: um sistema central e um periférico. No sistema central (núcleo central) a determinação é essencialmente social, ligada às condições históricas, sociológicas, diretamente associada aos valores e normas. Já no sistema periférico, a determinação é mais individualizada e contextualizada. Esta permite modulações pessoais em referência ao núcleo central comum, gerando representações sociais individualizadas.

É a existência deste duplo sistema que permite compreender uma das características básicas das representações, que pode

parecer contraditória: elas são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Estáveis e rígidas posto que determinadas por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores partilhado pelos membros do grupo, móveis e flexíveis, posto que alimentando-se das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos (Abric, 2000 p. 34).

Assim, a existência de vivências, expectativas e interpretações especificamente individuais pode fazer com que o mesmo processo ou componente da realidade de um grupo social receba, além de sua representação social, uma outra, individual, que preserva elementos em comum com a primeira mas que contém, para cada pessoa, traços particulares. As representações sociais constituem o significado das ações dos atores sociais enquanto as representações individuais são os sentidos que estes atores atribuem à realidade subjetiva. Assim, a construção da realidade objetiva é social, ou seja, está atrelada ao sentido subjetivo que estes atores atribuem à sua vida cotidiana e às expressões e transformações destes sentidos através do seu compartilhamento social. De forma inversa e simultânea, os significados compartilhados socialmente contribuem para a elaboração de sentidos individuais.

Por um lado, representação social é concebida como um processo social de comunicação e discursos. Por outro, representações sociais são vistas como atributos individuais, como estruturas de conhecimento individualmente acessíveis, embora compartilhadas (Wagner, 2000 p. 03).

Num outro extremo, em termos de abrangência e de permanência, existem as Representações Culturais. De acordo com Wagner (2000) representações culturais são aquelas constituídas ao longo da história dos seres humanos e que são passadas de geração em geração, como por exemplo, as convenções sobre a morte, o nascimento, os papéis sexuais.

Tais representações dificilmente tornam-se públicas ou partes integrantes do discurso. Por outro lado, como afirma Sperber (2001), elas estão veiculadas, de forma implícita, nas relações e nos comportamentos dos sujeitos, constituem as bases que amparam a formação das representações sociais, as quais aparecem no discurso da vida diária (Fernandes, 2009 p. 45).

Ainda de acordo com Fernandes (2009) há algumas diferenças entre as representações sociais e culturais. As primeiras são formadas na prática, na realidade da vida diária, no cotidiano das pessoas, ao passo que as representações culturais se estabelecem ao longo da história, tendo suas raízes fixadas na rede cultural da sociedade à qual pertencem. Assim, as representações sociais são menos abrangentes e mais flexíveis, ao passo que as culturais perpetuam-se por períodos relativamente longos de tempo e, como já mencionamos anteriormente, são transmitidas de uma geração à outra.

De acordo com Berger e Luckmann (2007) a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. A experiência subjetiva da vida cotidiana abstém-se de qualquer hipótese causal ou genética, assim, temos a compreensão de que as representações culturais norteiam o que será estabelecido nos grupos através das representações sociais.

As representações sociais podem ser manifestações das representações individuais e contribuem para a formação das mesmas; além disso, certamente são as objetivações das representações culturais. Compreendemos que para algo ter um significado, antes ele foi culturalmente estabelecido.

Em nossa sociedade, o mundo das ciências, embora relativamente distante das práticas cotidianas da maioria das pessoas encarrega-se de fornecer, através dos meios de comunicação de massa, a matéria prima a partir da qual são elaboradas boa parte das representações sociais.

Por isto,

as representações sociais, no sentido de conhecimento científico vulgarizado, cumprem funções declarativa, instrumental e explanatória. O aspecto declarativo descreve e

demonstra o fenômeno social para o qual a ciência popular parece ser relevante, e o aspecto explanatório fornece uma compreensão diária para suas razões subjacentes. Integrada em sistemas morais preexistentes, a ciência serve a uma função justificatória, acrescentando peso às convicções ideológicas (Wagner, 2000, p. 06).

Ainda tendo como referência Wagner (2000), um certo número de pessoas compartilhando uma opinião é uma condição necessária mas não suficiente para que um sistema de conhecimento seja chamado de representação social. Assim, as representações sociais significam mais do que apenas um amontoado de representações individuais. Elas são compartilhadas e, como já dissemos, contribuem para a constituição das identidades do grupo e de seus participantes.

Considerações como estas nos levam a supor que, nos diálogos e especialmente nas práticas efetivadas por indivíduos ou grupos, mesclam-se e interatuam representações coletivas, sociais e individuais, além de postulações ideológicas, desejos individuais e interpretações pessoais sobre o momento, as características específicas das interações sociais presentes e os possíveis interesses envolvidos. As ações sociais, portanto, são processos complexos, nos quais enovelam-se diferentes fios. Buscar sentido num destes processos, considerando tantos fios quanto possível, é o objetivo de um projeto de pesquisa como este.

## 5.

### OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

Como procuramos mostrar, o processo que constituiu o ponto de partida de nossas reflexões traz, em si, uma série de contradições. Há uma lei que objetiva favorecer o ingresso dos portadores de necessidades especiais no mundo do trabalho e que, para isto, torna obrigatório que as empresas os contratem. Esta tentativa de inclusão ocorre, porém, em um momento histórico em que o mundo do trabalho tende a reduzir drasticamente os empregos formais e incentiva fortemente (praticamente obriga) os ex-empregados para que passem a atuar como trabalhadores autônomos.

Além disso, o mesmo Estado que torna obrigatória a contratação dos Pne's, fornece a eles um auxílio, com o qual eles vêm se mantendo e que será eliminado, se forem contratados. Diante deste quadro, muitos dos Pne's que entrevistamos manifestaram pouco ou nenhum interesse em ingressar no mundo do trabalho formal, uma vez que, se registrados, nunca mais poderiam receber este benefício.

Diante de um posicionamento como este, seria confortável adotar a interpretação de que a postura destas pessoas evidencia um processo de acomodação e de dependência das benesses do Estado. Não é possível ignorar, contudo, que o ingresso no mundo do trabalho representa, para eles, um risco ainda maior que para os demais trabalhadores: num ambiente em que a competitividade é cada vez mais acirrada e incentivada, eles possuem desvantagens que podem fazer, inclusive, que sequer sejam capazes de adaptar-se às suas novas atividades. Se demitidos, não poderão requerer novamente o auxílio que recebiam pelo mesmo motivo que fez com que fossem dispensados. Em uma linguagem bem típica do mercado, a relação custo-benefício de seu ingresso no mundo do trabalho não é favorável. A inclusão proposta implica, para eles, no mínimo em uma situação de risco, no máximo, no agravamento de uma condição econômica pessoal e familiar que, na maioria das vezes, já não é confortável.

Partindo deste quadro nosso trabalho envolve dois objetivos complementares. Um deles é o de buscar mapear as representações do trabalho para os Pne's que optam por continuar recebendo o benefício estatal e que não pretendem ser formalmente contratados

como empregados. Como parte deste objetivo, pretendemos buscar respostas a indagações como: o trabalho é realmente importante para o Pne? Se sim ou se não, por que? É importante sentir-se socialmente útil (como prega o discurso contido na da Lei de Cotas)? Como eles se sentem, não exercendo uma atividade formal?

Além da obtenção de respostas a indagações como estas, buscamos compreender como as representações manifestas por eles são elaboradas, que elementos as sustentam e como elas atuam, direcionando suas decisões e ações relativas a este tema.

Nosso segundo objetivo é o de, partindo das elaborações do grupo dos Pne's sobre o processo de sua inclusão (ou não) no mercado formal de trabalho, aprofundar as reflexões sobre as contradições que vem permeando este processo.

Para cumprir esta dupla trajetória, além da teoria sobre as Representações Sociais, buscamos apoio teórico-metodológico na proposta da epistemologia qualitativa. Rey (2005) afirma que esta perspectiva de reflexão sobre a realidade parte do reconhecimento da capacidade humana de subjetivação, produtora de sentidos e significados em suas diversas esferas de relações, pois parte do princípio de que a subjetividade se constitui historicamente, nas ações sociais de indivíduos e grupos imersos em um contexto histórico e culturalmente determinado.

Nessa perspectiva, discutir e dialogar sobre os temas e os elementos envolvidos na pesquisa é possibilitar um caminho para outra forma de produção de conhecimento no campo das Ciências Humanas, que envolve não só a descrição dos fenômenos, mas também sua explicação, compreendendo-os historicamente. Na perspectiva da epistemologia qualitativa, a pesquisa é vista como uma relação entre os sujeitos, portanto dialógica, em cujo processo investigativo pesquisador e pesquisado são partes integrantes do processo e nele se re-significam.

Pensar a pesquisa científica como processo relacional implica no abandono de procedimentos pré estabelecidos e padronizados e na consideração de que a metodologia seria apenas um conjunto de regras, válidas para qualquer investigação ou qualquer área do conhecimento. Ao contrário

(...) cada tipo de pesquisa, cada objeto, cada assunto, cada problema de pesquisa, cada população ou situação a ser pesquisada deve merecer, da parte do cientista, um elaborado

raciocínio sobre qual seria o método, ou os métodos mais adequados para este problema, esta teoria, esta população e até para este momento histórico (Tomanik, 2004, p. 35).

Esta modalidade de pesquisa, realizada com base naquela perspectiva teórico-metodológica permite compreender os processos estudados e as pessoas que deles participam a partir de uma perspectiva histórica e social.

As experiências subjetivas, que hoje parecem naturais, ou seja, que nos parecem experiências próprias dos homens desde sempre, revestem-se de características que, ao contrário, nem sempre existiram. São experiências possíveis a partir de determinadas configurações históricas, que possibilitam determinadas vivências e que requerem concepções específicas. Isso pode ser visto na transformação histórica que constituiu o homem da modernidade, concebido, inicialmente, como sujeito individual, racional e natural (Bock & Gonçalves, 2005, p.112.).

Especialmente a busca de nosso primeiro objetivo implicou na realização de um estudo de campo. De acordo com Gil(2009), no estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é importante que tenha uma experiência direta com a situação de estudo. Nosso estudo de campo envolveu a realização de entrevista semi-diretivas.

A população que participou da nossa pesquisa foram Pne's que recebem o benefício e que não estão no mercado formal de trabalho. Inicialmente fizemos contato telefônico com a Agência do Trabalhador de Maringá, Paraná, e falamos com a coordenadora do programa de inclusão dos Pne's no trabalho. Por indicação dela, fizemos contato com alguns órgãos e associações que são responsáveis por educação, inclusão e reabilitação das pessoas com necessidades especiais. Um destes órgãos especificamente, o Centro de Vida Independente (CVI), que está situado no campus da Universidade Estadual de Maringá, prontamente nos entregou uma relação com os nomes das pessoas que não estavam trabalhando e, ao mesmo tempo faziam uso do benefício do INSS, já que este era nosso público-alvo. Fizemos o contato com uma destas pessoas que prontamente se dispôs

a nos atender em sua residência e a participar da nossa pesquisa. Após nosso contato, este participante indicou outros colegas que, segundo ele, também poderiam participar. Assim, fizemos contato telefônico com os outros e fomos até a residência de cada um deles para buscar informações para nosso trabalho. Apenas uma das pessoas preferiu nos atender na instituição de ensino onde estuda.

No próximo capítulo, quando formos apresentar os relatos das entrevistas, atribuiremos nomes fictícios aos participantes. Os nomes que escolhemos foram: Alberto, Beatriz, Carlos, Diana e Eliane. Os nomes seguem a ordem alfabética de acordo com a seqüência de realização das entrevistas.

Interrompemos o processo de entrevistas quando começou a ocorrer saturação das respostas, ou seja, quando percebemos que os entrevistados apresentavam discursos semelhantes, quando indagados acerca das mesmas questões.

Assim nossa população foi composta de cinco participantes. Todos eles apresentam uma necessidade especial de ordem física. A escolha, no que se refere à necessidade especial, não foi proposital. Apenas tínhamos a intenção de que as pessoas entrevistadas conseguissem estabelecer um processo de comunicação clara com o entrevistador, já que dependíamos, para o estudo de suas representações sociais, de suas verbalizações.

Dos cinco participantes da pesquisa, apenas um apresenta a deficiência física desde que nasceu, os outros quatro adquiriram a deficiência por conta de situações específicas como: acidente automobilístico (dois participantes), distrofia muscular progressiva (um participante) e tumor na coluna que, após tratamento cirúrgico, deixou seqüelas. Todos se conhecem e inclusive, de acordo com as informações do primeiro participante da pesquisa, fazem parte da AMDF (Associação Maringaense de Deficientes Físicos), cujo objetivo é a inclusão social, em todos os sentidos, dos deficientes da nossa cidade. Assim, por conta também da AMDF, eles se encontram uma vez por mês para um momento de descontração, um churrasco, por exemplo.

Sob o ponto de vista teórico, outras possibilidades devem ser consideradas. Apesar deste conhecimento mútuo, não há indicações de que todos os Pnês que foram entrevistados formem aquilo que Wagner (2000, p. 10-11) denomina como grupo reflexivo, “[...] que é definido pelos seus membros, que conhecem sua afiliação e dispõem de critérios

para decidir sobre quem são os seus membros”. Isto abre possibilidades de que eles não compartilhem as mesmas Representações Sociais. Por isto, na fase de análise das informações básicas coletadas, foi preciso tentarmos distinguir, também, conteúdos que caracterizem representações individuais ou coletivas.

Para tentarmos não apenas mapear as representações elaboradas pelos entrevistados, mas compreender os processos de elaboração das mesmas, incluímos alguns itens nas entrevistas, além das indagações sobre suas atividades profissionais, formalmente reconhecidas ou não e suas expectativas e temores em relação a uma possível contratação e o histórico deles. Assim, de uma forma geral, as entrevistas incluíram solicitações de informações sobre:

- a extensão, as características e o processo de desenvolvimento das necessidades especiais do entrevistado;
- a composição do grupo familiar, suas condições econômicas e relações com o entrevistado e suas necessidades;
- a história de vida e de convivência do entrevistado com suas necessidades especiais;
- o cotidiano do entrevistado e suas relações sociais, para além do grupo familiar;
- as atividades profissionais, formalmente reconhecidas ou não, eventualmente desempenhadas até aquele momento;
- as expectativas, temores, esperanças e desejos dos entrevistados em relação ao trabalho e as características do que consideram como a atividade ideal para eles;
- suas expectativas e projetos para o futuro.

O estabelecimento de nexos entre estes elementos nos permitiu não apenas identificar as representações dos entrevistados sobre o mundo do trabalho e sobre sua participação nele, mas perceber como estas representações foram elaboradas e porque são elas, que orientam hoje, suas ações em relação às atividades laborais.

O material assim produzido serviu como um novo elemento na busca do nosso segundo objetivo, ou seja, o de aprofundar as reflexões sobre as contradições que vem permeando o processo de inclusão dos Pne's no mercado de trabalho. Com base neste material, pudemos estabelecer análises comparativas entre as representações dos Pne's sobre o trabalho e sobre a participação deles mesmos neste universo e as concepções descritas no primeiro e segundo capítulos. Isto, por sua vez, nos permitiu elaborar reflexões

sobre itens como, por exemplo, que tipo de concepções sobre o trabalho e o trabalhador estão presentes nas representações dos portadores de necessidades especiais e no processo de promoção de inclusão dos mesmos ou que contradições e interesses podem estar alimentando tentativas como estas.

Ao final, esperamos ter conseguido obter - e eventualmente transmitir - algum grau maior de compreensão sobre um processo que, embora aparentemente tenha sido elaborado *para* um grupo social, parece, em alguns momentos, ser executado *sobre* o mesmo.

## 6.

### OS PARTICIPANTES E SUAS HISTÓRIAS

Neste capítulo temos o objetivo de relatar parte das histórias de vida dos participantes da nossa pesquisa. Cada um deles tem sonhos, expectativas, formas de viver e conviver com a necessidade especial, enfim, características que descreveremos de acordo com o que eles disseram sobre suas próprias vidas nos momentos das entrevistas.

No intuito de aproximar as histórias dos sujeitos organizamos trechos de seus depoimentos à partir das categorias de análise que havíamos estabelecido e que orientaram nossas entrevistas. Lembramos que “as representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tornam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social” (Moscovici, 2007, p. 21).

#### **6.1 Alberto.**

Descrevemos as falas dos participantes de acordo com a ordem em que aconteceu a nossa pesquisa/ entrevista. Perguntamos inicialmente sobre a história de vida de cada um e também sobre a forma como eles convivem com a necessidade especial.

Assim, inicialmente descreveremos sobre o que nos disse o Alberto.

##### **6.1.1 - A extensão, as características e o processo de desenvolvimento das necessidades especiais:**

Alberto convive com a necessidade especial há dez anos. Relata:

sou lesado medular e sofri um acidente automobilístico que me afetou algumas vértebras que é C3, C4, C5, C6, T1 e T2. Então eu fiquei tetraplégico na cadeira e fui tentar alguns contatos no hospital Sarah em Brasília. Estive lá internado por três vezes. Isso tem 10 anos que eu fiz e, foi um impacto

muito grande porque você passa de uma realidade para outra e, você esta andando hoje e amanhã você está numa cadeira de rodas.

O entrevistado, por vezes, deixa claro em sua fala que uma grande dificuldade é quando se passa de forma repentina de uma realidade para a outra, ou seja, hoje você está andando perfeitamente e amanhã se encontra em uma cadeira de rodas.

Por mais que eu te conte, você pode imaginar, mas, jamais vai saber exatamente o que é estar numa cadeira de rodas e depender dos outros para tudo. Tenho uma empregada que mora comigo e os meus vizinhos têm a chave da minha casa. Há um tempo eu tinha uma outra empregada, só que ela não morava aqui, então teve um dia à noite, às oito horas da noite, que eu resolvi tomar banho sozinho. Eu caí da cadeira e o chuveiro ficou ligado a noite inteirinha. Só foi desligado quando a empregada chegou no outro dia as oito da manhã. Eu não tenho força para voltar à cadeira, não conseguia me mexer, a água quente estava queimando no meu corpo. Hoje eu já melhorei muito diante da convivência com a minha necessidade especial, mas é muito difícil. Moro numa casa espaçosa, que facilita minha locomoção, procuro ter contato com outros cadeirantes e sempre organizamos algum churrasco. E assim, vou levando a vida.

#### **6.1.2 – A composição econômica do grupo familiar, suas condições econômicas e relações com o entrevistado e suas necessidades:**

É divorciado e tem dois filhos. Tem uma secretária (empregada doméstica) que reside com ele e que na sua percepção auxilia muito, pois, tem auxílio constante.

E depois disso (do acidente), eu tive o impacto de uma separação. Na hora que eu mais precisei, eu não tive apoio da pessoa que estava perto de mim, minha companheira. Fui

casado, tenho dois filhos, meu filho trabalha na marmoraria com a minha ex-esposa, esta marmoraria era minha e eu passei tudo para ela e para eles. A minha filha trabalha em uma loja de roupas em um shopping na cidade. Raramente eles vêm me visitar.

Já no que se refere às condições econômicas, fica claro que Alberto precisa do benefício concedido pelo INSS. Ele diz que a sua ex-esposa paga as contas da casa que ele mora, como por exemplo: água, luz, telefone, comida. Entretanto, para os remédios ele necessita da contribuição do INSS. Relata que mesmo que não é grande coisa, pois corresponde ao valor de um salário mínimo, ele diz que no momento em que vive isso auxilia muito.

### **6.1.3 – História de vida e de convivência do entrevistado com suas necessidades especiais.**

Alberto conta que é de uma família que teve boas condições financeiras, que seus irmãos possuem algumas propriedades rurais que resultaram de herança do seu pai. Neste contexto questiono se ele também não teve o mesmo direito às propriedades. Na oportunidade, Alberto relata que sim, entretanto que não conseguiu administrar e quando menos esperava estava sem nada. O pouco que sobrou do que havia recebido fez um investimento em uma marmoraria. Foi casado durante vinte e três anos e seis meses após o acidente de carro, o que fez com que Alberto se tornasse uma pessoa com necessidade especial, houve o divórcio.

Ela simplesmente alegou para mim que tinha acabado, que ela não sentia mais nada, então, não adiantava ela ficar comigo, que era melhor separar. Eu particularmente acho que ela se preocupou, porque como o filho ia “me cuidar”, e a filha também me ajudava em alguma coisa, é a preocupação dos meninos não fazerem nada para me ajudar. Se eles deixarem tudo pra ela, e ela chegar depois de um dia inteiro

de trabalho e chegar a noite aqui e ainda ter que me ajudar em alguma coisa.

Alberto demonstra em vários momentos da sua fala que se tornar, da forma como aconteceu com ele, uma pessoa com necessidade especial, é mudar toda a vida de um dia para o outro. Ele argumentou que em muitos momentos pensou em suicídio, mas não conseguia fazê-lo pela dificuldade que tinha e tem com todos os membros.

Eu fiquei tetraplégico na cadeira e fui tentar alguns contatos no hospital Sara em Brasília. Estive lá internado por três vezes e também fui conhecer umas cinco consultas lá. Isso tem 10 anos que eu fiz e... foi um impacto muito grande porque você passa de uma realidade para outra e... você está andando hoje e amanhã você está numa cadeira de rodas. Então, como diz, a psicóloga do hospital Sarah, numa pergunta entre oito cadeirantes, todos os oito, lesado medular, se algum de nós não tinha pensado em suicídio?! E os oito, tinham pensado em suicídio.

Alberto relata que é só com o tempo que o cadeirante começa a aceitar a sua deficiência. Segundo sua fala não é um processo fácil, principalmente para quem tinha uma vida dita normal. Ele argumenta também que acredita que para as pessoas que já nasceram com alguma deficiência, isso pode ser diferente, pois nunca souberam o que é andar. Já para quem anda e se vê numa rotina absolutamente diferente, é muito difícil aceitar e conviver com as mudanças que se fazem necessárias.

A L. (se refere a uma amiga) não sente tanto o impacto igual a nós sentimos, porque ela já vem de criança numa cadeira de rodas. Então, ela nunca andou, ta?! E nós andamos, nós tínhamos uma vida ativa e de uma hora para outra essa vida é cortada. Esse elo corta, então na hora que cortou esse elo, você acabou! Aí, eu diria a você, que para saber o que eu passo, para saber o que a L. passa, o que outro lesado medular passa na cadeira de rodas... só um é que sabe! Você não saberia.

Você não sabe. Você imagina, mas você não sabe o que nós passamos. A gente tenta demonstrar, tanto eu como a L., uma vida saudável, tranqüila a tocar, mas dentro de você, lá no fundo de você, você é uma pessoa completamente diferente.

#### **6.1.4 - O cotidiano do entrevistado e suas relações sociais, para além do grupo familiar.**

Alberto relata por algumas vezes que tem um grupo de pessoas que apresentam a mesma deficiência que ele, e fazem parte de um grupo, o qual ele chama de grupo de churrasco. Segundo ele, são pessoas que mensalmente se encontram na casa de um ou de outro e que estão sempre interligadas ao objetivo de contribuir com a AMDF (Associação Maringaense de Deficientes Físicos).

Nós temos o nosso grupinho do churrasco. São pessoas que passam pelos mesmos problemas, pelas mesmas dificuldades. A gente se encontra pelo menos uma vez por mês. Sempre um entra em contato com o outro. Nós temos um sonho aqui em Maringá, que é um dia ter um lar para o deficiente. Se tem o lar de idosos porque não podemos ter o lar do deficiente? Esse grupinho do churrasco são pessoas da AMDF.

#### **6.1.5 – As atividades profissionais, formalmente reconhecidas ou não, eventualmente desempenhadas até aquele momento.**

Nosso entrevistado Alberto desempenhou várias atividades profissionais até o momento do seu acidente automobilístico, onde veio a ser uma pessoa com necessidades especiais. Ele relata que foi vendedor, bancário e proprietário de uma marmoraria.

Olha, eu de solteiro, eu era bancário, trabalhei durante cinco anos com o Bradesco, fui caixa, fui supervisor lá dentro e, logo que eu casei, com dois meses eu acabei arrumando uma encrenca dentro de banco e para evitar mais dissabores eu pedi a conta e sai. Depois disso, eu comecei a trabalhar com

vendas, gostei, trabalhei durante quase dez anos com vendas, eu já era casado nessa época, até tive meus filhos eu sou de uma família rica e depois de algum tempo eu fui trabalhar com meu pai numa das fazendas dele, cuidava dessa fazenda que logo depois em 1989 essa fazenda foi passada para mim. Trabalhei na roça e quase perdi tudo. Daí o meu pai me ajudou para poder comprar a marmoraria. Comprar não, montar a marmoraria lá em Dourados – MS. A gente foi pra lá, sair da roça para a indústria, você não sabia nada, ta começando do nada, sem saber administrar nada; na realidade na hora que eu vi, eu falei chega, aqui não dá para continuar, nós vamos perder tudo o que tem, então antes de perder vamos voltar para Maringá, e tentar em Maringá.

Alberto demonstra que antes do seu acidente automobilístico sempre teve atividades profissionais. Entretanto em alguns momentos, nos parece uma pessoa talvez um pouco aventureira como, por exemplo: no relato acima, diz que assim que se casou arrumou uma encrenca com o banco. Mas ao mesmo tempo, disse que foi bancário e chegou a ser supervisor. Em um outro momento, diz que o pai dividiu a herança para os filhos e que ele praticamente perdeu tudo. Foi montar uma marmoraria que durante a entrevista, relata que era uma área de trabalho/negócio que ele também não conhecia. Assim, percebemos uma pessoa que trabalha até o dia do seu acidente, mas não conseguimos esclarecer qual é a relação que esta pessoa estabelece enquanto o significado do trabalho, neste momento.

#### **6.1.6 – As expectativas, temores, esperanças e desejos dos entrevistados em relação ao trabalho e as características do que consideram como a atividade ideal para eles:**

Diante desse contexto, por vezes questionei quais as expectativas do entrevistado em relação ao aspecto profissional. Pergunto também se ele considera alguma atividade profissional como atividade ideal para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Diante as respostas obtidas, percebemos que a inclusão é um tema que desperta dúvidas em relação a real possibilidade de inclusão, e também a adaptação da pessoa com necessidade

especial ao trabalho. Alberto relata que os Pne's passam por muitas dificuldades diárias, como por exemplo, a locomoção, todas as ações podem ser mais lentas do que as das outras pessoas não Pne's, e assim receia por não se adaptar ao mercado de trabalho.

Olha, para todos os cadeirantes, se você perguntar para outros deficientes que ganha o salário que é o benefício do governo, que é um salário mínimo por mês e não tem décimo terceiro, é um benefício que vai receber né, mas amanhã ou depois o governo pode cortar isso aí e você não conseguir receber mais. A preocupação de voltar ao trabalho, porque é o seguinte, se eu voltar a trabalhar hoje eu vou perder o meu benefício, só que daqui três anos eu saio do trabalho daí eu não vou conseguir o benefício mais. Para eu sair hoje para o mercado de trabalho eu vou ganhar o que eu ganho que é um salário mínimo, então, porquê? Por que vou voltar ao trabalho se eu ganho um salário mínimo e amanhã ou depois eu posso perder ele, o trabalho? Então, todo mundo fala “não, eu não vou, porque eu estou recebendo o benefício”. Eu particularmente, sinto vontade de voltar ao mercado de trabalho, mas por conta disso não vou.

Comprendemos que quando se refere ao trabalho em si, nosso entrevistado relata que gostaria de trabalhar, mas o medo da perda do benefício faz com que isso não seja possível no seu ponto de vista. Assim, nos perguntamos, será que realmente o que é estipulado pela Lei de Cotas contribui ou interfere no processo de inclusão?

Quando perguntamos acerca das expectativas para o futuro, percebemos que Alberto foca suas expectativas não no trabalho, mas sim conviver e auxiliar com outras pessoas com necessidades especiais. Conta em um momento da nossa entrevista que o grupo no qual pertence da AMDF, cobra alguns políticos da nossa cidade pelo Lar do Deficiente, assim como existe o Lar do Idoso.

E cadê o lar do deficiente? Então, o prefeito se preocupou e disse “eu nunca pensei nisso aí”. Mas daí nós já entramos com o pedido para que fosse feito isso aí, mas colocasse

nesse condomínio fisioterapia, um ginásio de esportes, uma piscina aquecida. Nós ganhamos agora recentemente do governo Requião um centro esportivo para deficientes. Ele deve estar começando a construção dele agora em abril, e vai rápido porque o pessoal político hoje quer mostrar “olha eu fiz, aquele lote lá é obra minha”.

Também nesse momento questiono sobre o que Alberto considera como trabalho ideal para as pessoas com necessidades especiais. Pergunto se na opinião dele, há algum tipo de trabalho que considere mais adequado.

Eu não sei dizer para você. Olha..., é uma pergunta que eu não saberia porque uma grande dificuldade minha é eu ser lesado. Então, eu tenho dificuldade nas mãos e as vezes com os pés. No caso meu como é lesado medular, a gente sente dor vinte e quatro horas por dia. Dor. Muita dor, então você tem que ficar com os pés iguais um morcego, para cima, senão ele vai começar a inchar. Então dependendo do trabalho que você for você não tem como pegar uma coisa ou outra, você vai ter que procurar levantar a sua perna em algum lugar e talvez o ambiente de trabalho não estivesse adaptado para isso.

#### **6.1.7 – Suas expectativas e projetos para o futuro.**

Quando perguntamos sobre as expectativas, Alberto não apresenta nenhuma resposta que envolva o contexto do trabalho. As suas respostas estão focadas no grupo que ele participa, ou seja, em projetos na AMDF. Conforme citamos no trecho anterior, as expectativas são muito grandes no que se refere à construção do Lar do Deficiente. Por várias vezes o entrevistado retoma esse assunto e diz que vai lutar por isso.

“Quando tiver o Lar do Deficiente, sou eu quem vai inaugurar. Eu vou morar lá”.

Inferimos o valor que esse grupo, essa associação tem para nosso entrevistado. Ele demonstra interesse por esse assunto e também compreende o grupo como um grupo de amizade.

## **6.2 Beatriz.**

Na entrevista com a Beatriz, encontramos um outro histórico acerca da necessidade especial. Ela também faz uso da cadeira de rodas em consequência da sua deficiência física, mas no seu caso, convive com a necessidade especial desde o seu nascimento. Tem 44 anos e ensino médio completo.

### **6.2.1 - A extensão, as características e o processo de desenvolvimento das necessidades especiais:**

Eu tinha meningite. Meningite e paralisia infantil. Eu não sei se tudo junto ou veio uma primeiro e a outra depois, que nem eu falei, a minha mãe não gosta de tocar muito no assunto, então, muitos detalhes eu não sei. E.., ai foi que, eu costumo falar que a minha curva aqui que é a coluna, ela é assim por teimosia de qualquer coisa de criança que, não quer saber se pode ou não ficar sentada. Eu fui proibida de ficar sentada. Mas enfim, o que o choro de uma criança não consegue né?! A minha coluna tem essa escoliose severa e é a única coisa que para falar verdade me incomoda enquanto cadeirante.

Beatriz comenta que seus pais demoraram a perceber que ela estava com meningite, então, não sabe dizer se foi meningite ou se está associado à paralisia infantil. Conta que é a primeira de seis filhos de um casal e atribui a falta de experiência dos seus pais, no que se refere ao trato com crianças, ao seu estado atual. Assim, a nossa entrevistada Beatriz, sempre foi cadeirante, nunca conheceu o significado de caminhar, como nosso entrevistado anterior, o Alberto.

### **6.2.2 – A composição econômica do grupo familiar, suas condições econômicas e relações com o entrevistado e suas necessidades:**

Beatriz reside com sua mãe e um sobrinho. É a primeira de seis filhos. Depende do benefício do INSS para se sustentar. Relata que paga parte das contas com o que recebe. Não traz em maiores detalhes sobre a fonte de renda da sua mãe e nem o motivo do sobrinho residir com elas. Diz que tem contato com os outros irmãos praticamente diariamente. Fala também que acredita que a sua meningite é genética e confirma sua crença dizendo que teve outras irmãs que também tiveram meningite, embora não apresentassem quaisquer seqüelas.

E ainda eu desconfio, eu desconfio, eu nunca conversei com ninguém, nem um especialista no caso, que eu acho que era genético. Mas uma genética assim, que ficou entre mim e minhas irmãs. Porque nós três tivemos meningite na mesma idade. Mas elas não tiveram seqüelas. Só eu! Acho que porque sou a mais velha.

### **6.2.3 – A história de vida e de convivência do entrevistado com as suas necessidades especiais.**

Beatriz tem quarenta e quatro anos, como acima mencionamos, é a primeira de seis filhos e convive com a necessidade especial praticamente desde o seu nascimento. Teve meningite por volta de uns seis meses de idade. Relata que não sabe exatamente com qual idade, pois esse assunto é pouco comentado na família. Diz ainda que mesmo quando ela questiona sua mãe, percebe que ela não gosta de tratar sobre o assunto. Nesse momento questionei se nunca ela perguntou para algum outro parente, ou mesmo os irmãos. Ela relata que sim, mas que não tem respostas conclusivas e, no que se refere aos irmãos, eles não têm com auxiliar diante desse assunto, visto que ela é a mais velha, e nenhum deles sabe também exatamente o que houve para ter a seqüela que trouxe à uma necessidade especial. Nossa entrevistada demonstra algumas insatisfações no que se refere à deficiência em si. Relata que a deficiência limita a pessoa, seja em aspectos profissionais ou pessoais, como um relacionamento afetivo, por exemplo.

Vira e mexe, um ou outro, por simpatia ou não, pergunta: “e aí, o namorado”? Mas, já sabendo da resposta que a gente vai dar. Talvez não, porque existe, eu penso, assisto muito aquela novela das nove, tem a..., não sei se você assiste?! Tem a Luciana, personagem da novela. Ela é linda, praticamente uma modelo, aí é diferente. Agora quem vai querer namorar alguém assim, torta? Eu brinco, faço piada, mas é para extravasar.

#### **6.2.4 – O cotidiano do entrevistado e suas relações sociais, para além do grupo familiar.**

Beatriz também, assim como Alberto, faz parte da AMDF. Relata que lá ela tem um grupo de amigos e que brigam pelas mesmas causas, que são as possibilidades de melhoria de vida para os deficientes físicos. Questiono o que especificamente são essas melhorias e ela argumenta que são vários aspectos, como por exemplo, lutar para que as pessoas não estacionem nas rampas onde dão acesso a passagem de deficientes. Vigiar se as vagas reservadas nos estacionamentos são realmente ocupadas por Pnês, dentre outras questões. Ela se considera uma pessoa briguenta ( nome atribuído pela própria entrevistada), pois diz que quando vê alguma coisa que considera errado, procurar lutar pelos direitos dos deficientes.

Há poucos dias eu fui numa loja, sem citar nomes é claro, e todas as vezes que eu tenho que ir lá ao caixa fazer pagamento, é alto, e eu não consigo alcançar. Eu não tenho força nos braços para erguer, eu não tenho, não tem como. E eu tenho que fazer, olha..., “rebolar” ali para erguer e poder entregar os talões, os cartões, os carnês e a bolsinha do dinheiro. Sem contar que muitas vezes cai. Gente! É um constrangimento. Tem que pedir, e não tem ninguém ali perto ou a moça tem que sair de trás do balcão, pegar a porta, que nem sei onde fica porque não vejo porta ali, para ir lá pegar.

É um constrangimento. Nesse dia eu me esquentei. Quando eu falo, eu sou bocuda. Encontrei com o gerente, quer dizer, encontrei não, ne..., procurei saber quem era o gerente e fui conversar com ele, já soltando os cachorros nele. Naquela hora o canil inteiro que nem uma doida. Mas que nervoso! Gente do céu! Nós temos que brigar muito para conseguir condições melhores de real inclusão para os deficientes.

#### **6.2.5 – As atividades profissionais, formalmente reconhecidas ou não, eventualmente desempenhadas até aquele momento.**

Beatriz, não traz um histórico sobre o trabalho. Relata que sua deficiência aconteceu desde que era bebê, não teve contato com qualquer atividade de trabalho, sendo ela formal ou não.

Não tenho experiência nessa área. Porque minhas mãos, a coordenação delas é bem comprometida e, se fosse o caso assim, de trabalhar como, vamos supor que fosse como secretária, eu teria que ter toda uma adaptação, porque eu não consigo, eu falo que eu com a mão esquerda eu sou gente, é esquisito, o meu negócio é tudo cruzado, a minha deficiência. É..., eu to com o telefone na mão, eu não consigo levar a cadeira, ou então, com o celular a mesma coisa. Aí eu pego o celular, quando alguém liga pra mim que eu to na internet, eu coloco no viva voz e fico digitando, conversando com a pessoa que está no celular e conversando na internet também. Porque se não for assim, não dá. Meu jeito de digitar é todo atrapalhado, atrapalhado, mas de modo certo.

Beatriz relata que pelas características da sua deficiência, acredita que é muito difícil ingressar no mercado de trabalho. E esse também é o motivo pelo qual não teve qualquer experiência profissional.

### **6.2.6 – As expectativas, temores, esperanças e desejos dos entrevistados em relação ao trabalho e as características do que consideram como a atividade ideal para eles.**

Beatriz demonstra não acreditar no processo da inclusão no trabalho. Demonstra alguns temores em relação a isso, um deles é o receio de que as pessoas possam não se adaptar e serem desligadas de seus trabalhos e conseqüentemente não conseguirem o benefício do INSS novamente.

Eu disse que não tenho experiência no assunto, né. Nunca trabalhei. Agora se fosse o caso de trabalhar, pra trabalhar, ficaria essa evidência, né?! Trabalho e perco lá, e depois? Saio do emprego e como que fica? É aquela coisa da insegurança. O Brasil é tão cheio de leis, mas claro que não é de justiça, que não quer dizer que seja, é..., poderia ter a lei que desse a cobertura para a pessoa. Vamos supor o R., ele recebe, ele quer trabalhar ter o direito de receber um outro salário sem correr o risco de cortar o que ele já recebe, mas tem que cumprir, porque no Brasil só tem lei, cumprimento dela e lei para isso, não tem. Eu não vejo assim. A lei da inclusão não contribui, ela só atrapalha.

Beatriz acredita que a oportunidade de trabalho deveria ser concedida sem o término do benefício. Na sua opinião, é por isso que muitos Pnec's optam por não ingressarem ou re-ingressarem no mercado de trabalho. A perda do benefício e a não adaptação ao trabalho, ou as regras da empresa, é um temor de todos, segundo a nossa entrevistada. Questiono também, sobre as atividades que ela considera ideais para uma pessoa com necessidade especial. Beatriz não relata sobre uma atividade específica, mas enfatiza que a luta pela inclusão será pela vida toda.

“A luta para ser realmente uma inclusão, vai ser o resto da vida. Nunca vai ter uma inclusão verdadeira”.

### **6.2.7 – Suas expectativas e projetos para o futuro.**

Assim como nosso primeiro entrevistado, o Alberto, a Beatriz também aguarda o Lar do Deficiente. Não demonstra expectativas acerca da própria inclusão no trabalho, até porque o trabalho nunca esteve presente na sua vida, e ela justifica tal questão, pela característica da sua deficiência. Suas expectativas estão relacionadas a continuar buscando, uma verdadeira inclusão. Ela relata que a luta pela inclusão será por toda a vida.

Nós estamos melhorando, não que a gente queira Deus o livre, mas para os futuros deficientes, melhorando.... Queremos melhorar, para ter uma inclusão verdadeira, com possibilidades reais nas empresas. As empresas não estão preparadas para receber os deficientes. Não estão adaptadas para isso.

### **6.3 Carlos.**

O nosso terceiro entrevistado é Carlos, 42 anos de idade e há 23 anos convivendo com a necessidade especial. Ele também teve um acidente automobilístico e por conta desse fato, faz uso da cadeira de rodas. Carlos conta que trabalhava desde menino e que sempre conviveu em ambiente de trabalho que era uma farmácia. Não era um farmacêutico e nem tinha idade para isso, mas teve experiências práticas acerca desse tema de trabalho.

#### **6.3.1 – A extensão, as características e o processo de desenvolvimento das necessidades especiais do entrevistado.**

Eu tive um acidente de moto a vinte e hoje, esse ano faz vinte e quatro anos de acidente, que foi em dezembro, em dezembro agora vai fazer vinte e quatro anos. Acidente de moto foi no Mato Grosso e aí eu, como a família é de Maringá, vim pra cá para tratamento. E aí, devido ao acidente, acamado, com colete, eu tive algumas complicações de escaras sérias, que até hoje, até hoje, me atrapalha, pra eu

não ter ingressado mais cedo, mais cedo não, não ter ingressado no mercado de trabalho. Não consegui até hoje por causa das escaras, das complicações do início. Por isso que eu peço para os meus colegas, para acidentes recentes, eu falo para eles: “tomem muito cuidado, que a escara é um atraso de vida”, e até hoje eu sofro com isso. Agora, o acidente em si, não. Se você tem uma cabeça boa, você logo atina, porque é o que você tem e, você ter acesso a centros importante e profissional que eu tive na ACD, no caso, eles me ajudaram muito a perceber logo a minha deficiência e a cuidar da minha vida, a não ficar me martirizando, entendeu? Então, quer dizer, é muito fácil nesses termos. O acidente, o acompanhamento e o profissional. Se você tiver o atendimento essencial no começo, que aí é ele que vai te determinar o resto da tua vida.

Carlos conta que o fato de ter algumas complicações, com, por exemplo, as escaras, fizeram com que ele não tivesse possibilidade de estar no mercado de trabalho. Ele relata que isso, faz com que ele tenha que mudar muitas vezes de posição, ou seja, passa algum tempo do dia na cadeira de rodas, mas também boa parte do tempo ele precisa estar deitado. Recorre a várias cirurgias e diz que até hoje, faz uma por ano que é para correção das escaras.

### **6.3.2 – A composição do grupo familiar, suas condições econômicas e relações com o entrevistado e suas necessidades.**

Atualmente Carlos reside em uma casa pequena, com três cômodos e ao lado e no mesmo terreno do seu irmão e da sua cunhada. Ele conta que a mãe faleceu quando todos eram jovens e os irmãos acabaram se separando, pois seu pai se distanciou de todos em função do alcoolismo.

Minha família assim, sempre aos pedaços, né..., o pai e mãe..., a mãe quando morreu quando eu era criança. Eu com

mais dois irmãos fomos morar no Lar Escola da Criança aqui de Maringá mesmo, né, num orfanato e os irmãos que tinha, cada um cuidando da sua vida, os mais velhos, né, porque também não tinham como pegar a gente. E o pai ganhou o mundo, era chucro, criado a laço. Era uma família totalmente desestruturada. Mas eu tive apoio muito, muito grande da minha irmã, que é a minha irmã mais velha, a R., da A., os poucos que aqui, meu irmão, né, então, dos irmãos mesmo que eu tive apoio.

Carlos sobrevive do valor financeiro, o benefício que recebe do INSS. O irmão e a cunhada moram exatamente ao lado, mas Carlos cuida da própria casa e inclusive das atividades domésticas como lavar a roupa, fazer comida, entre outras. Mostra a sua casa e explica que ela é adaptada às necessidades dele.

### **6.3.3 – A história de vida e de convivência do entrevistado com as suas necessidades especiais.**

Carlos conta que quando se deparou com o fato de ser cadeirante foi muito difícil. Por mais que acredita que ele compreendeu de forma adequada a sua nova condição de vida, relata que esse processo é complexo.

No acidente mesmo, você perde o chão. Só quem passou por isso mesmo! Não adianta você Regiane, você tentar imaginar o que eu passei que você não vai conseguir, infelizmente. Só quem está na situação mesmo, que nem, a gente conversa com outros deficientes e sempre é essa mesma impressão que só você vivenciar mesmo. Eu tinha uma vida toda direcionada, eu tava na minha melhor fase da minha vida, trabalhando em farmácia, tava montando a minha, estava numa fase excepcional, de repente o chão some. Você perde o equilíbrio, não tem...., graças a Deus eu não pensei em me suicidar, não pensei besteira, nada, mas eu precisei daquele

tempo solitário. Fiquei quietinho, chorando, só ali, isolado, até me atinar que a vida continuava.

Como explicamos no item anterior, Carlos viveu em um orfanato, então na época do seu acidente, morava sozinho no estado do Mato Grosso. Tinha dezoito anos e dizia estar em uma boa fase da sua vida. A adaptação se fez necessária. Carlos vai para tratamento em São Paulo e fica na casa de amigos e após esse período começa a residir com seu irmão e cunhada em Maringá.

#### **6.3.4 – O cotidiano do entrevistado e suas relações sociais, para além do grupo familiar.**

Carlos também tem um grupo de amigos na AMDF. Não comenta muito sobre esse aspecto. Diz que sai de casa, mas como tem o problema das escaras e precisa constantemente estar alternando entre a cadeira de rodas e a cama, faz com que ele tenha uma vida mais voltada para a casa mesmo.

#### **6.3.5 – As atividades profissionais, formalmente reconhecidas ou não, eventualmente desempenhadas até aquele momento.**

Relata que era um técnico de farmácia. Conforme explicamos no item 6.3.3, Carlos trabalhava em farmácia e dizia que estava próximo de montar a sua. Sempre teve essa atividade enquanto profissional. Conforme já mencionamos nessas análises, o acidente aconteceu quando Carlos tinha 18 anos e até então, sua experiência de trabalho era no ramo farmacêutico.

#### **6.3.6 – As expectativas, temores, esperanças e desejos dos entrevistados em relação ao trabalho e as características do que consideram atividade ideal para eles.**

Quando pergunto sobre as expectativas de Carlos ele prontamente responde que seja paz no que se refere ao seu quadro de saúde. Relata que é muito difícil todos os anos passar por uma cirurgia de correção de escaras.

Eu cansei de entrar e sair em hospital, eu quero é sossego. Que nem agora mesmo, eu estou lutando para, acabei de fazer uma cintilografia, anteontem que era o último exame que restava para eu levar para o plástico ver e para fazer a cirurgia. E como a área da cirurgia é uma área de enxerto e que foi feito vários enxertos é difícil pegar, eu sei que ele vai fazer esse enxerto e, amanhã ou depois vai ter rejeição, vai ter infecção de novo, sabe, é uma luta desanimadora. O que eu queria era paz.

Já no que se refere ao trabalho que considera ideal para os Pnê's, argumenta se houvesse alguma empresa na nossa região que ofertasse possibilidade de trabalho manual, para os cadeirantes. Entretanto, acredita que não seria a alternativa para todos os casos.

Então se tivesse, no caso desse deficiente, tivesse, por exemplo, na cidade de Maringá, tivesse um pólo industrial, vamos se dizer com uma linha de montagem, entendeu?! Porque o deficiente ele é muito bom com as mãos, o deficiente, eu não digo o tetra né, mas o deficiente lesado medular ele é muito bom com as mãos, então algo assim para ele trabalhar, aí seria ideal, entendeu?! Algo rápido, uma linha de montagem mesmo, entendeu?! De montar pequenas peças, coisas e tal.

Carlos demonstra também, muito receio, temor diante do processo de inclusão como vem acontecendo. Relata que muitas pessoas optam por não ingressarem no mercado de trabalho pelo medo que têm de perder o benefício.

Uma que é aquela coisa de trocar o certo pelo duvidoso. Você vê..., (risos) é funcionário do governo já e..., não falha, quer dizer, religiosamente o dinheirinho ta lá todo final do mês no cartão, mas, eu acho também que pega também no lado do

deficiente. O deficiente muitas vezes não está preparado. Ele não se atualizou. Ou pela deficiência ou ele mesmo pela questão de estudo, pouco estudo pelo cargo que a empresa oferece. A Agência do Trabalhador eu sei que tem, que eles fazem um curso intensivo para preparar o deficiente para o mercado de trabalho. Mas..., pega nessa coisa do benefício. Quem recebe o benefício, tem medo de trocar o certo pelo duvidoso.

### **6.3.7 – Suas expectativas e projetos para o futuro.**

Carlos conta que não tem grandes expectativas no campo profissional. O que mais gostaria é de ter paz na área da saúde. Denotamos que como ele passou por muitos e ainda vai passar por mais um processo cirúrgico, não consegue nesse momento pensar e nem falar no aspecto profissional. Para nosso entrevistado, suas expectativas para o futuro estão relacionadas ao campo da sua saúde física.

### **6.4 Diana.**

Diana tem curso superior e adquiriu a necessidade especial por volta dos trinta anos. Convive com o diagnóstico de distrofia muscular progressiva desde os doze anos, mas só na fase adulta é que realmente perdeu os movimentos dos membros e faz uso da cadeira de rodas.

#### **6.4.1 – A extensão, as características e o processo de desenvolvimento das necessidades especiais do entrevistado.**

Diana tinha doze anos de idade quando percebeu que involuntariamente começou a cair. Não caía por tropeçar em algo, ou por distração, por exemplo. Caía simplesmente sem perceber. A partir desse fato, seus pais levaram-na para o médico e foi diagnosticado distrofia muscular progressiva. Assim, ela recebeu a informação de que em algum momento

da sua vida teria a perda da força muscular e conseqüentemente de alguns movimentos do corpo por conta de tal diagnóstico.

O que eu tenho é distrofia né, então isso influenciou, mas até 30 anos eu fazia tudo. Eu me mexia, andava, resolvia tudo sozinha. Depois da gravidez, aí agravou, aí me fez ficar limitada mesmo.

Diana tem uma filha e relata que depois que ela engravidou os sintomas da distrofia ficaram muito mais evidentes.

“Aí eu fiquei praticamente dentro de casa. Depois com a cadeira motorizada aí mudou, mudou tudo, eu voltei a circular, voltei a querer viver de novo”.

Nesse momento da entrevista Diana conta que ela demorou a aceitar a cadeira. Mesmo com o quadro de distrofia já bastante acentuado, ela só foi aceitar a cadeira de rodas por volta dos trinta e cinco anos. Relata que estava no supermercado e encontrou uma pessoa que fazia uso da cadeira motorizada. Esse senhor se aproximou dela e relatou que ela precisava ter uma cadeira motorizada, pois isso daria maior independência.

É..., aí eu ficava dentro de casa só, andava um pouquinho, às vezes caía, entrava em pânico. A minha filha mesmo foi uma que falou “mãe, porque que você não compra uma cadeira de rodas e agente vai poder sair sozinha”. Aí aquilo, sabe, me deu um ânimo., aí eu encontrei um amigo e esse rapaz tem distrofia também e estavam ele e a mulher dele no supermercado. Eu estava com essa cadeira, aí ele me chamou, isso já faz uns oito anos mais ou menos ou mais, uns dez anos. Aí ele falou assim, o que você faz com essa cadeira? Tá louca? Uma moça linda igual a você?! Aí nessa cadeira, empurrada? Amanhã vou à sua casa! Me dá seu endereço que eu vou lá e você vai experimentar essa cadeira. Aí ele veio! Eu não achei que ele viesse, mas ele veio. Aí chegou aqui, a mulher dele tirou ele da cadeira e ele fez o meu pai me colocar e aí eu andei um pouco na rua com a cadeira e aí meu

pai também enlouqueceu, né! Aí já procuramos onde comprar e aí foi e comprou.

#### **6.4.2 – A composição do grupo familiar, suas condições econômicas e relações com o entrevistado e suas necessidades.**

Diana reside com seus pais e também com sua filha. A filha em dezoito anos e é fruto de um relacionamento que terminou. Seu ex-companheiro reside nos Estados Unidos e ela tem pouco contato. O pai é um policial aposentado e o principal responsável pelas despesas financeiras da família. Diana também conta com o benefício do INSS para a sua manutenção pessoal.

Eu preciso do dinheiro do benefício para a minha manutenção pessoal. Minha e da minha filha. Aqui na casa do meu pai eu não tenho que me preocupar com conta de água, luz, comida, coisas assim. Mas para as minhas coisas eu preciso desse dinheiro. Inclusive eu ainda pago um financiamento que fiz para conseguir estudar.

Diana também conta que gostaria de continuar estudando. Durante a entrevista denota-se que ela convive com a sua necessidade de forma assertiva, ou seja, ela reconhece quem tem limitações, mas encontra alternativas para desenvolver seus projetos de vida mesmo assim. A entrevista é realizada na sala da casa de Diana, onde tem vários quadros, telas pintadas à mão. Ela aponta para os quadros e disse que pintar é uma arte e que mesmo com dificuldades na coordenação motora ela dá um jeito e faz.

Obra-prima, não (risos...). Então, eu encaro né! Mesmo com a cadeira motorizada, eu vou, volto e faço. Antes era assim, ah eu quero aquilo, aí tinha que esperar alguém, chamar alguém, agora não, quando você pensa você já está fazendo. Todos esses quadros eu fiz! É que eu os colocava no chão, virava ele de ponta cabeça, virava de lado, entendeu?! Eu já pinte e virei o quadro de tudo quanto é forma. Deitei ele no banco,

assim, coloquei ele deitado em alguns lugares. Conforme o local que eu precisava pintar eu ia movimentando ele.

Diana relata também que gostaria de continuar estudando, mas, que no momento não é possível.

“Eu ainda não fiz minha Pós, porque o que eu quero, a minha área não tem aqui. Aí eu achei uma à distância e eu to esperando eu terminar de pagar o meu financiamento”.

#### **6.4.3 – A história de vida e de convivência do entrevistado com suas necessidades especiais.**

Conforme mencionamos no item anterior, Diana teve o diagnóstico de distrofia muscular progressiva aos doze anos de idade. Ela relata que praticamente até os trinta anos teve uma vida a qual considera normal, ou seja, desempenhava todas as funções motoras, sem qualquer necessidade especial.

Diana sempre gostou muito de trabalhos relacionados às artes, principalmente pintura em telas. Relata na entrevista que já ministrou aulas de pintura em tela. Ao longo de sua vida, ela mudou do estado do Paraná para Rondônia, pois seu cunhado e seu pai estavam montando uma oficina mecânica, e como ela residia com os pais, acompanhou-os no processo de mudança de residência.

Conheceu o pai da sua filha, mas não foi um longo relacionamento. Relata que ele decidiu morar para os Estados Unidos e convidou-a para ir. Por opção dela, resolveu ficar no Brasil.

Quando decidiu fazer curso superior, optou por Artes Visuais pois considera um curso que está relacionado com a sua vocação. Quando ela fala sobre a sua experiência na graduação, questiono sobre a forma que utilizava para escrever, visto que ela tem dificuldades com os membros superiores também. Assim, ela diz:

Não, é escrever, não tem problema. É igual ao que eu te falei, eu fico com o braço apoiado aqui e escrever não tem problema algum. É terrível porque eu gosto de que quando o professor está falando, eu estar anotando a fala dele. Então eu não tenho dificuldade em escrever. Em nenhum trabalho,

todos eu fiz. Todos os estágios também. Para pintar essas telas eu também tenho que fazer com o braço apoiado. É o jeito que eu encontrei.

A partir dos relatos de Diana, foi possível perceber a sua forma de adaptação diante das necessidades que vão surgindo. Também denotamos a vontade de continuar estudando sobre aquilo que já é do seu interesse, como as Artes Visuais, por exemplo.

#### **6.4.4 – O cotidiano do entrevistado e suas relações sociais para além do grupo familiar.**

Diana conta que geralmente vai ao supermercado com seus pais e também procura às vezes sair com sua filha. Atualmente tem desenvolvido alguns projetos sobre o ensino das Artes Visuais e apresentado a algumas entidades, como por exemplo, creches e escolas.

Não fala sobre a sua vida social, fora do contexto familiar. Cita em alguns momentos o CVI (Centro de Vida Independente) como uma entidade que mantém contato.

Conta também que participou de um projeto na UEM ( Universidade Estadual de Maringá) no intuito de trabalhar com arte terapia com os deficientes intelectuais.

Eu quero é arte terapia, porque desde que eu comecei a dar aulas de pintura, eu vi pessoas melhorando com aquele trabalho. Eu fiquei um ano naquele projeto de extensão que a UEM tem com deficiente intelectual, o projeto de G. você a conhece?

Como não conheço o projeto, disse a Diana que realmente não tinha qualquer contato. O que pude perceber enquanto entrevistadora é que a vida social da Diana está relacionada com seu núcleo familiar ou com pessoas com as quais teve contato em função de trabalhos focados em artes, especificamente em pintura, artes visuais.

#### **6.4.5 – As atividades profissionais, formalmente reconhecidas ou não, eventualmente desempenhadas até aquele momento.**

Conforme já explanamos nos itens anteriores, Diana tem grande afinidade com artes e pintura em tela. Fez dessa afinidade, um aspecto profissional. Entretanto o seu histórico com o mundo do trabalho começa quando ainda adolescente, nesta época auxiliava na parte administrativa de uma oficina que seu pai e seu cunhado mantinham em sociedade.

A gente morava aqui em Paranavaí, e a minha adolescência passei quase toda dentro do SESC. A gente morava do lado do SESC e tudo quanto é curso, eu estava lá. Aí nós mudamos para Rondônia, eu tinha 18 anos. E lá não tinha faculdade e eu parei de estudar. Aí eu queria montar alguma coisa, uma lojinha de arte, de moda. Aí meu pai vem com essa história de que não precisava. Aí ele tinha uma retífica de motores em sociedade com meu cunhado, e eu e minha irmã ficávamos cuidando de lá, da parte administrativa, misturada com a contabilidade, mas eu não gostava daquilo. Fiquei trabalhando, enquanto agente morou lá agente trabalhou assim. Aí mudamos pra cá. Nessa mudança, teve muito desgaste e aí foi à hora que eu parei com tudo e me envolvi com artes mesmo.

Diana comenta que ministrou aulas de pintura em tela em um Centro Comunitário e também na sua casa. Quando ela fala sobre as aulas no Centro Comunitário, relembra que percebia que muitas pessoas que chegavam lá com doenças diversas, como por exemplo depressão, ela percebia que com o passar do tempo essas pessoas estavam melhor. As próprias pessoas relatavam à Diana que acreditavam que a pintura havia contribuído para a melhora do quadro clínico. Assim nossa entrevistada, passa a se interessar também por arte-terapia. Também conta de alguns trabalhos voluntários que desenvolveu e relata as melhoras que observou nos seus alunos.

Aí nós trabalhamos um ano com eles pelo atelier de arte e eram mais ou menos uns 15 . Nossa!!! Foi maravilhoso! Maravilhoso trabalhar com eles. Aí também em agosto, trabalhei agosto, setembro, outubro e novembro no CAPS, no

centro psicossocial, fui também como voluntária, porque lá são pessoas com transtorno mental São pessoas que saem do sanatório e vão pra lá. Lá não são adolescentes. Tem uma parte de 30 até 60. Fiz um trabalho junto com a Assistente Social e foi maravilhoso.

As atividades profissionais de Diana era consideradas informais, pois recebe o benefício do INSS. Atualmente ela está sem trabalhar e está prestando alguns concursos. Segundo ela, os concursos são na área de Artes. Prestou um que é para ministrar a disciplina de artes no ensino fundamental. Está aguardando os resultados.

#### **6.4.6 – As expectativas, temores, esperanças e desejos do entrevistado em relação ao trabalho e as características do que consideram como trabalho ideal para eles.**

Diana conta que gostaria muito de trabalhar, entretanto percebe que o mercado de trabalho apresenta algumas dificuldades para a inclusão dos Pnês no trabalho, a começar pela acessibilidade. Inclusive relata alguns exemplos da sua prática na graduação, no que se refere a acessibilidade e estende os mesmos exemplos para o mundo do trabalho.

Todas as salas tinham um degrau pequeno, mas tinha. Aí eu e minha companheira..., cheia de coisas, porque quando agente faz estágio, não sei porque carrega tantas coisas.. (risos). Você quer fazer além da conta, e o que é isso...., a gente vivia lutando. Aí ela é que me dava o apoio, o apoio na cadeira para subir, descer. Era complicado!No Instituto também, nós demos uma aula lá de estágio, sala de arte, tinha que improvisar uma rampa. Pegava um pedaço de pau lá e fazia um trilho para poder subir, então, foi bem complicado. No mundo do trabalho não é diferente. A locomoção também é difícil. Então, sair para ir e vir, para ir e vir, horário de almoço, aí... É., difícil....Ainda mesmo assim, para mim ainda

vai ser muito dificultoso. Muito colégio agora é rampa, mas na época do estágio foi muito complicado.

Quando Diana faz esta relação com os estágios que desenvolveu e também com o mundo do trabalho no que se refere à acessibilidade, pergunto a ela quais são suas expectativas diante do processo de inclusão. Ela relata que acredita que é difícil, pois além da acessibilidade, muitos Pnês teriam que deixar de receber o benefício para trabalhar em algo que não sabem se irá dar certo ou não. Completa sua fala dizendo que muitos trabalhos em Maringá, o salário pago é o mesmo valor do que o INSS paga, então não há motivos para acontecer a inclusão, sob seu ponto de vista.

Qualquer outro trabalho que daria o mesmo que o benefício, eu até pensaria, porque 40 h. de trabalho é difícil. Por que..., é banheiro é complicado, sabe?! É..., então, a locomoção também é difícil.

Ela demonstra ter expectativas no que se refere aos concursos para ministrar aulas de artes. Mesmo assim, também aponta as dificuldades que pode encontrar diante de uma sala de aula, enquanto docente.

É muito complicado. Mesmo assim eu estou fazendo o concurso e estou com medo. Vou chegar à sala e o quadro é alto. A escola não tem uma preparação, adaptação com um retro projetor, não é?! Ah ..., eu poderia trabalhar com o retro projetor e colocar matéria e ..., mas daí, não tem, não tem tela. Sabe como é a situação né?!

Diante das dificuldades em relação à acessibilidade no trabalho que são apontadas por Diana, questiono se há algum trabalho que ela considere ideal para as pessoas com necessidades especiais.

Ah..., acho que primeiro deveria ter acessibilidade, porque tem lugar que você nem entra, você não consegue nem entrar. E apertado, você não se mexe, tudo alto. Como que você vai trabalhar num lugar, que até para dar aula, tem lugar que o espaço é muito limitado. Você chega e já acha barreiras. Se agente não tiver apoio não é nada fácil. É muita luta. Igual ao

que eu falei para você, para eu entrar nesse concurso vai ser muita luta, além do que já é para qualquer pessoa, para mim vai ser muito mais difícil. Acho que a inclusão é de quem está lá numa empresa, de quem está no comércio, depende muito da gente também, porque se você não chegar, não lutar e não brigar pelos seus direitos, não brigar pela sua vaga, nada acontece.

Diana responde nossos questionamentos, mas não cita alguma categoria específica de trabalho que considere mais adequada aos PnE's.

#### **6.4.7 – Suas expectativas e projetos para o futuro.**

Conforme explanamos já nos itens anteriores, Diana almeja ingressar como docente na área de artes, no ensino fundamental e médio. Relata de suas dificuldades, no que se refere à acessibilidade, mas tem esse aspecto profissional como meta. Questiono a ela, se nesse trabalho ela receberia um valor financeiro maior do que o benefício, ela relata que sim. Completa sua fala dizendo, que se for para trabalhar em outro lugar que vá receber a mesma coisa do benefício, não é compensador.

Eu já me limitei por esse fator. Veja bem, eu vou sair da minha casa, vou dar o meu suor depois de ter estudado três anos de faculdade para você arrumar um emprego de R\$ 600,00?!

Relata que gostaria muito de trabalhar, e acredita, que o trabalho faz com que as pessoas dêem mais significado à sua vida, entretanto, relata que só irá ao mercado de trabalho se for para ganhar um valor maior do que ela recebe atualmente. Coloca a condição de ser aprovada em um concurso, como sua principal expectativa de futuro.

Acho que o trabalho a gente tem que gostar, e tem que fazer com amor. Porque você fazer um trabalho de qualquer jeito, não leva ninguém a lugar nenhum e nem leva nada pra ninguém. Ah, eu acho que é muito importante porque ele valoriza a pessoa, como ser humano mesmo. A pessoa é útil.

Você levar um conhecimento para outro e vê que aquele outro está aproveitando alguma coisa que você está passando pra ele.

## **6.5 Eliane.**

Eliane tem vinte e oito anos é casada e está cursando ensino superior. Teve um tumor intramedular, cujo diagnóstico aconteceu aos vinte e três anos e a partir da cirurgia realizada para a retirada desse tumor adquiriu uma necessidade especial. Eliane, assim como todos os outros entrevistados, também é cadeirante.

### **6.5.1 – A extensão, as características e o processo de desenvolvimento das necessidades especiais do entrevistado.**

Eliane conta que aos vinte e dois anos aproximadamente, começou a sentir muitas dores nas pernas. Segundo seu relato, passou por várias especialidades médicas, mas não tinha nenhum diagnóstico conclusivo e as dores continuavam.

Eu já vinha sentindo assim, fraqueza, cansaço, em 2004 já comecei, mas não sabia o que era. Achava que era anemia, porque, sabe assim, não tinha dor localizada. Era cansaço, fraqueza. Às vezes achava que era noite mal dormida assim, essas coisas. Você nem pode imaginar a quantidade de médicos que fui. Uns falavam que era inchaço nas pernas, outros falava que era dor muscular, mas ninguém descobria o que era e a dor continuava. Quem deu um diagnóstico preciso foi um neurocirurgião, depois de um ano que eu já sentia as dores.

Depois do processo de diagnóstico, Eliane fez a cirurgia e seu processo de reabilitação aconteceu no Hospital Sarah em Brasília.

Eu fiz a reabilitação no hospital Sara em Brasília e, lá ficou eu e o meu marido juntos internados. Nós dois passamos por reabilitação, não foi só eu. Ele também assistiu aula comigo de bexiga, de intestino, aulas de tudo, porque aí começa a nova vida. É totalmente diferente do que você está acostumado, quando a gente anda é tudo automático. Você não pára para pensar, é tudo muito corrido, você nem vê. A hora que você vê, você já foi ao banheiro e para o cadeirante é tudo diferente, é tudo planejado, tudo você tem que planejar, tem que tomar cuidado muitas vezes no que come, a alimentação tem que ser tudo balanceada, e também na fisioterapia e daí meu marido me acompanha, ele me ajuda, ele aceitou.

#### **6.5.2 – A composição do grupo familiar, suas condições econômicas e relações com o entrevistado e suas necessidades.**

Eliane reside apenas com o marido. Em decorrência da sua necessidade especial, ela relata que sua mãe e sua sogra sempre estão por perto ajudando a fazer alguns trabalhos domésticos. Mas na casa, reside apenas o casal.

“No começo a minha mãe ajudava assim na casa, cozinhava, limpava. Aí depois, uns três meses depois aí tem uma diarista que ajuda no serviço, que faz o serviço doméstico, a minha sogra cozinha pra mim”.

Eliane cursa ensino superior em uma instituição de ensino superior e relata que utiliza o dinheiro do benefício que recebe do INSS para pagar a mensalidade. Assim todas as despesas da casa ficam sob a responsabilidade do marido.

#### **6.5.3 – A história de vida e de convivência do entrevistado com as suas necessidades especiais.**

Eliane residiu com seus pais até os vinte e um anos de idade, quando se casou. Trabalhava como auxiliar administrativo em uma empresa de transportes e teve que se afastar do trabalho em virtude da sua cirurgia e do processo de reabilitação. Ela relata que quando foi para o centro cirúrgico o médico neurologista esclareceu que provavelmente ela não voltaria a andar. Disse ainda que o processo de reabilitação era fundamental no seu caso.

Eu tive um tumor intramedular. Fiz uma cirurgia e fiquei com seqüelas porque o tumor atingiu a medula na região lombar e a região lombar afetou alguns nervos da perna, mas eu caminho com o andador e fico em pé também. Eu uso a cadeira para distância longa e dentro de casa eu só uso o andador aí também teve uma complicação na cirurgia, que na cicatrização, cicatrizaram membranas onde não poderiam cicatrizar, e daí formou bolsa de água.

Eliane conta que sabe que não voltará a andar, mas o processo de reabilitação é importante para ela não perder ou regredir os avanços que já teve. Relata que o andador é somente para distâncias muito pequenas, como por exemplo, entre o quarto e a sala de sua casa, segundo seu exemplo. Mesmo assim, diz que demora por volta de uns vinte minutos, pois não tem firmeza nas pernas. Nossa entrevistada relata que procura conviver com assertividade diante da situação vivenciada.

Porque se eu não me aceitar aí eu desconto em todo mundo que está perto de mim. Aí nem meu casamento ia dar certo, eu ia me prejudicar muito mais. Então, é uma coisa que você não escolhe e você não tem força para mudar. Então, acho que o caminho mais fácil é você aceitar. Eu estou bem consciente do meu caso. O médico falou para mim que no meu caso são só as células tronco. Eu faço fisioterapia para manter o que eu consegui, porque se eu parar de fazer eu também perco a massa muscular. Eu caminho com o andador dentro de casa, mas, igual à fisioterapeuta fala que é uma marcha para exercício, porque não é marcha funcional, eu

não faço nada em pé porque tudo o que eu for fazer em pé eu tenho que soltar do andador para fazer, daí eu não tenho equilíbrio, aí eu não consigo, porque eu caio para trás.

#### **6.5.4 – O cotidiano do entrevistado e suas relações sociais, para além do grupo familiar.**

Eliane, conforme já mencionamos nos itens anteriores, está cursando ensino superior. Assim, ela relata que tem contatos com as amigas da sala de aula e algumas pessoas do seu antigo trabalho, o qual deixou quando passou a ser beneficiária do INSS. Também relata que tem contato com outras pessoas que também são cadeirantes, são as pessoas da AMDF.

Ela cursa o 2º ano do curso de Psicologia em uma instituição de ensino superior privada. Relata que gosta muito do curso e que hoje tem tempo de se dedicar a ele.

“É muito gostoso ir para a faculdade, você vê pessoas, conversa com os outros. É muito bom”!

#### **6.5.5 - As atividades profissionais, formalmente reconhecidas ou não, eventualmente desempenhadas até aquele momento.**

Eliane relata que sempre trabalhou em atividades administrativas. Antes de se tornar uma pessoa com necessidade especial trabalhava em um setor administrativo de uma empresa de transportes.

“Eu sempre gostei do meu trabalho. Só me afastei mesmo, porque tive que fazer a cirurgia”.

#### **6.5.6 – As expectativas, temores, esperanças e desejos dos entrevistados em relação ao trabalho e as características do que consideram como a atividade ideal para eles.**

Eliane relata que não gostaria de retornar ao seu último emprego. Diz que gostava da atividade que fazia, mas acredita que nesse momento ela gostaria de estudar. Diz que quer terminar a graduação em Psicologia e desenvolver trabalhos na área e que estejam relacionados com as pessoas com necessidades especiais.

Acho que o trabalho é dignidade do homem, porque daí ele se sente útil, se relaciona com as pessoas e é independente e se sente valorizado ganhando o seu dinheiro.

Não quero mais voltar ao meu antigo trabalho. Quero aproveitar esse tempo para ter uma profissão. Quero trabalhar com psicologia e poder ajudar as pessoas que são cadeirantes, por exemplo.

Eliane não relata sobre quais atividades considera importante para as pessoas com necessidades especiais, porém enfatiza que todos devem ter uma ocupação. Na opinião dela trabalho tem sentido de vida. Diz que conhece algumas pessoas que se acomodaram por receber o benefício do INSS e por isso não vão procurar trabalho. Relata ainda que se as pessoas não se qualificarem talvez não encontrem oportunidades de emprego que pague mais do que o benefício.

Eu acho que o benefício contribui, porque a partir do momento que a pessoa quer trabalhar, aí ela perde o benefício, só que daí eu acho assim, que o benefício ele tem o lado bom e o lado ruim. O lado ruim é que geralmente a pessoa se acomoda e tem o lado bom que, às vezes a pessoa não tem uma condição para estudar e se ela não tiver aquilo, é o único dinheiro que ela tem para comprar remédio. Então é difícil assim falar. Tem esses dois lados. Para mim está sendo bom porque eu ganho lá eu to pagando a minha faculdade, então aí, eu estou investindo em mim. Mas, e se eu não tivesse esse benefício? Mas tem pessoas que não pensam assim. Que ficam reclamando, que ficam..., podiam estar estudando.

Eliane relaciona o valor que recebe com o benefício a possibilidade de estudar. Para ela esse é o sentido de receber um valor financeiro do INSS.

### **6.5.7 – Suas expectativas e projetos para o futuro.**

Eliane relata que deseja ser psicóloga e trabalhar auxiliando outras pessoas com necessidades especiais. Diz também que no que se refere a sua vida familiar, gostaria de ter filhos.

“O que eu quero para o meu futuro? Ah..., eu quero ter minha profissão, ser mãe. Não é porque eu estou na cadeira de rodas que eu não posso ter filhos. A vida continua, né”!

As expectativas da entrevistada não estão apenas nos aspectos profissionais, mas nos pessoais também.

### **6.6 – As representações dos Pne's.**

A partir dos relatos anteriormente descritos, compreendemos que há representações distintas sobre os temas abordados. Todos os entrevistados afirmam a importância do trabalho para o ser humano. Confirmam isso dizendo que o trabalho faz com que as pessoas tenham a oportunidade de se sentirem úteis. Entretanto, contraditoriamente ao discurso de todos, alguns não desejam retornar ao mercado formal de trabalho, pois acreditam que o salário que é pago não é o suficiente para arriscar a perda do benefício recebido. Alguns enfatizam que sentem medo de arriscar, ou seja, de trocar o certo pelo duvidoso. Ingressar no mercado formal de trabalho significa perder o benefício e conviver com a possibilidade da não adaptação.

Aí nos perguntamos? Se o trabalho realmente é importante, se ele realmente traz sentimento de convívio social, porque eles não querem arriscar?

Muito provavelmente é porque o significado do trabalho está apenas no discurso, não correspondendo igualmente às ações dos Pne's.

## 7.

### A ANÁLISE DO DISCURSO SOB O ENFOQUE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo temos como objetivo relacionar a Teoria das Representações Sociais, que é o embasamento teórico do nosso trabalho, com as entrevistas que descrevemos no capítulo anterior. Analisamos as representações encontradas na pesquisa (representações sociais, individuais ou coletivas) e, a partir delas, estabelecemos algumas análises sobre as contradições que vêm permeando o processo de inclusão dos Pnês no mercado de trabalho.

As representações sociais, quando processadas nos grupos, alteram os sentidos, significados e os valores do fenômeno representado, bem como o universo pessoal dos sujeitos que representam. Porém, trazem em seu bojo concepções e conhecimentos enraizados na cultura destas comunidades, concepções culturais estas que, modificadas de forma sutil, acompanharão as silhuetas das representações sociais e pessoais construídas e re-significadas nas relações e práticas da vida cotidiana. As representações sociais, ao se configurarem com suas novas formas, trazem consigo vestígios de seus contornos anteriormente construídos, oferecendo novos sentidos aos fenômenos da realidade (Fernandes, 2009, p.112-113).

Cada participante tem sua história única, singular, entretanto há aspectos que são comuns na forma como eles compreendem as suas necessidades especiais. No discurso dos cinco participantes fica clara a condição de necessitarem de ajuda, de adaptação, de serem dependentes de outras pessoas para realização de ações rotineiras como, por exemplo, entrar em um carro ou ônibus. Quando todos eles comentam essa necessidade de ajuda aparecem, simultaneamente a essas falas, os empecilhos que há nos ambientes, como a ausência de rampas e as dificuldades de acessibilidade, de forma geral.

De acordo com Abric (2000) as representações sociais exercem funções específicas. Relacionando a teoria com o discurso dos participantes, entendemos que aqui uma das funções do discurso no grupo é a identitária, ou seja, as pessoas compartilham suas representações. Todos se sentem parte de um grupo específico, o grupo dos cadeirantes, como em alguns momentos percebemos na fala de Alberto, por exemplo. Todos eles alegam que outra pessoa, que não seja um cadeirante, não conseguirá compreender o que eles vivenciam, assim, a função de orientação aparece como forma de conhecimento sobre a realidade vivida e também como forma de orientar os comportamentos individuais e harmonizar as práticas grupais.

Apesar destas vivências pouco convencionais, porém, eles não deixam de assimilar boa parte das representações compartilhadas pela sociedade mais ampla.

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções. (Moscovici, 2007, p. 35).

As representações de nossos entrevistados são manifestadas pela fala, pelas crenças e principalmente, elas conduzem as ações da vida diária de cada um. Os temas abordados foram os mesmos em todas as entrevistas, mas, as representações individuais têm constituições distintas, pois estão intimamente relacionadas com a história de vida dos sujeitos, que se caracterizam por algo em comum, a necessidade especial, porém apresentam histórias de vida absolutamente diferentes, bem como a convivência com a necessidade especial.

As representações são sustentadas em dois contextos, o individual e o coletivo. Percebemos as representações individuais quando, de forma distinta, cada participante

estabelece suas orientações principalmente no que se refere às suas expectativas para o futuro.

Para que o indivíduo consiga estrutura e dar sentido aos fatos socialmente construídos na vida cotidiana, ele precisa, primeiramente, familiarizar-se com os objetos e acontecimentos que lhe são alheios, transformando-os em fatos que pertençam a sua realidade (Fernandes, 2009, p. 36).

Percebemos a forma com as representações, sejam individuais, culturais ou sociais, influenciam na vida das pessoas. Sob o enfoque da teoria das representações sociais, os sujeitos têm suas ações como uma forma de expressar aquilo que é subjetivamente construído e por vezes, o que é intersubjetivamente compartilhado. Assim, compreendemos que em todo o discurso apresentado pelos nossos entrevistados, as ações deles, são formas de expressar o que já está representado internamente. A realidade objetiva, em suas manifestações extrínsecas, só acontece a partir do que eles já tem intrinsecamente organizado.

Mas como estas representações foram elaboradas? Por que são elas que orientam hoje as ações no que se refere inclusive às atividades laborais?

De acordo com Fernandes (2009) a formação das representações começa a se estruturar a partir do momento em que o sujeito atribui ao objeto, características que o tornam próximo de sua realidade. Assim, compreendemos que as representações dos nossos entrevistados se formam durante toda a sua história de vida, mas aqui especificamente falando, se formam também a partir do conteúdo que é elaborado e das suas ações diante de cada tema perguntado. A ação em si é a forma concreta das representações.

Quando Beatriz nos diz em um trecho da sua fala que a inclusão (e ela não se refere somente ao trabalho) será uma eterna luta, ela também diz, imediatamente após, quais são as suas ações diante disso.

A compreensão das representações sobre as atividades laborais também passa pelo território das representações individuais e sociais. Aspectos muito distintos e até contraditórios em relação a esse assunto foram encontrados. Nas nossas análises encontramos um grupo que tem percepções muito próximas no que se refere ao trabalho.

Concebem o trabalho como fonte de identidade de reconhecimento e até mesmo de ganho da independência. Entretanto, um dos nossos entrevistados, mesmo tendo este posicionamento acerca do trabalho e das atividades laborais, não deseja retornar ao trabalho. Relata que quer utilizar o benefício para estudar, deseja aproveitar o tempo livre, ou seja, o momento que não está trabalhando. Então nos questionamos, será que realmente o trabalho significa identidade? Em direção oposta a isso, temos outros entrevistados que atribuem os mesmos significados ao trabalho, mas não conseguem dizer o que consideram um trabalho ideal para uma pessoa com necessidade especial.

Assim, podemos constatar, aqui o caráter dinâmico e simultaneamente coletivo / individual das Representações: há um núcleo comum, provavelmente derivado de uma representação coletiva sobre o que seria, em princípio e de forma ampla, o trabalho; sobre sua importância e seu valor. Por outro lado, no que se refere à relação de cada um com o trabalho, as histórias de vida, as condições atuais e as aspirações futuras determinam diferenças periféricas nas representações: um prefere aproveitar o tempo livre de que dispõe, graças à sua necessidade; outra quer voltar ao trabalho, mas prefere utilizar suas (im)possibilidades para capacitar-se para outra forma de atividade, outros não se vêem como capazes de trabalhar...

Percebemos contradições se compararmos as falas dos participantes e suas ações. Contradições também ocorrem no sistema capitalista de produção? Temos uma Lei de Cotas que realmente inclui/exclui?

Se retomarmos o início desse trabalho, descrevemos que o processo de inclusão se faz necessário, pois a exclusão já é presente. De acordo com Castel (1998) o que acontece é a desfiliação, ou seja, toda a população que está à margem, desfiliação de toda condição econômica e social, vem sendo convidada ou praticamente obrigada a participar dos processos de inclusão ou cotas. Por que seria importante ou mesmo existiria uma Lei que tratasse da inclusão no trabalho se não houvesse os desfiliaados?

Entretanto, quando analisamos o Taylorismo, o Fordismo e o trabalho na Pós-Modernidade, fica contraditório pensarmos em inclusão pelo trabalho. Afinal, a partir do taylorismo foi instituído que o trabalhador deveria ter características adequadas ao trabalho que desenvolve, ou seja, o homem deve se adequar ao trabalho. Na Pós-Modernidade tende a ocorrer a transformação do trabalhador em consumidor. No primeiro caso, a idéia de

inclusão dos portadores de necessidades especiais seria contraditória, uma vez que as capacidades físicas (força, resistência, agilidade...) seriam condições essenciais para a seleção e a atuação dos trabalhadores. No segundo caso, a contradição seria outra: a própria existência do emprego tradicional estaria sendo progressivamente diminuída.

Assim, contradições a todo momento são postas nesse processo de inclusão. A inclusão é uma lei, mas não verificamos, inclusive pelo discurso dos participantes da nossa pesquisa, que ela realmente esteja acontecendo, ou que seja desejada por aqueles aos quais pretende, ao menos explicitamente, beneficiar. O trabalho organizado em um sistema capitalista de produção, já apresenta uma série de contradições. Temas como alienação, mais-valia e ideologia, são apenas parte dessas contradições, o que não significa que sejam pouco importantes.

De acordo com Engels (1896/1952) o trabalho tem função essencial na transformação dos homens,

o trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregado de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o homem (p. 269).

Mas se o trabalho é fonte de significado, porque não é desejado, na perspectiva da inclusão, pelos nossos entrevistados? Provavelmente pelas contradições que são postas. A Lei de Cotas determina a inclusão, mas não é isso que os entrevistados desejam ou consideram possível. Isto fica claro quando eles destacam problemas como os riscos, o desgaste e a falta de acessibilidade, ou seja, o discurso da lei é um e a prática no trabalho é outra.

As cinco pessoas que foram entrevistadas apresentam concepções absolutamente distintas acerca desse assunto. Nosso primeiro entrevistado, Alberto, ressalta a importância do trabalho, o significado que ele assume na vida das pessoas. Entretanto, para ele, na condição de lesado medular, é muito difícil ingressar em uma atividade laboral por conta da dificuldade que apresenta nos membros inferiores e superiores. Relata que não teria

condições de desenvolver um trabalho. Ele acredita também que muitas pessoas sentem receio de não se adaptar ao mercado de trabalho e por isso optam por continuarem recebendo o benefício concedido pelo INSS.

Já Beatriz, que é a única entre os entrevistados que nunca teve uma atividade laboral, acredita que o trabalho é importante, mas que a inclusão será uma luta eterna. Ela diz que a acessibilidade é fundamental para pensar o processo de inclusão. Não apresenta expectativas acerca do trabalho, comenta pouco sobre o tema em questão.

Carlos, nosso terceiro entrevistado, na sua adolescência trabalhou em farmácia. Reconhece aspectos positivos do trabalho, entre eles a interação e as relações humanas. Conta-nos que conhece algumas pessoas que são deficientes, que estão trabalhando e que gostam muito dos relacionamentos com seus colegas. Entretanto, quando questionado sobre a possibilidade de retornar ao mercado de trabalho, disse que não tem essa intenção. Os motivos que apresenta para tal estão relacionados à sua própria deficiência, ou seja, relata que em média duas vezes ao ano passa por cirurgias para correção de escaras, processo esse que acontece desde o início da convivência com a deficiência. Argumenta também, que ingressar no trabalho ou até mesmo entrar com um pedido de aposentadoria por invalidez são condutas de risco, pois o benefício pode ser cortado.

Diana, nossa quarta entrevistada, teve experiência de trabalho informal. Ministrava aulas de pintura na sua própria casa. Ela diz que o trabalho é o lugar onde as pessoas se encontram enquanto um ser útil, mas já no que se refere à inclusão no emprego, é um processo difícil. Relata da dificuldade de acessibilidade e também dos salários baixos pagos na região. De acordo com suas palavras “se você recebe um benefício que é de um salário mínimo, você não vai querer perder para ganhar seiscentos reais”. É muita dificuldade que o deficiente encontra e não compensa financeiramente.

Eliane, a nossa última entrevistada, diz que o trabalho traz vida e que não entende como as pessoas conseguem ficar sem trabalhar. Quando questionada sobre a intenção de retomar seu trabalho, Eliane diz que não quer e, considera o benefício como uma possibilidade para estudar. Para ela o trabalho é importante, mas não quer retornar, pois, caso isso aconteça não terá tempo suficiente para dedicar-se à sua graduação.

Wagner (2000) escreve que as representações sociais não se constituem por um amontoado de representações individuais. As representações sociais constituem a ação de um grupo.

Por um lado, representação social é concebida como um processo social de comunicação e discurso. Por outro, representações sociais são vistas como atributos individuais, como estruturas de conhecimento individualmente acessíveis, embora compartilhadas (WAGNER, 20000, p.3).

Não temos elementos que nos permitam afirmar que diante das relações de trabalho, os nossos entrevistados formem o que poderíamos considerar como um grupo reflexivo. Eles todos se conhecem, identificam-se como cadeirantes, participam de encontros e das mesmas associações, mas isto não significa que sejam referências mútuas ou que enfrentem, coletivamente, suas dificuldades. Talvez por isto haja representações individuais bastante evidentes e as ações de cada um dos nossos participantes da pesquisa são determinadas por estas representações.

Assim, na expectativa também de responder nossos questionamentos sobre o significado do trabalho e as contradições do processo de inclusão, compreendemos que o trabalho em si é reconhecido pelos participantes da pesquisa como algo significativo e importante. Já no que se refere à própria inclusão no mercado de trabalho, os entrevistados demonstraram interesse muito diversificados. Todos entendem que é importante, mas, dois consideram que, no seu caso, a inclusão não é possível. Os demais apresentam posturas diferentes: um diz que prefere estudar, então agora não quer voltar ao trabalho, outro diz que está fazendo concurso, até gostaria de trabalhar, mas sabe que terá dificuldades e o último opta por uma forma de trabalho diferente, não necessariamente remunerada, mas voltada para os interesses do grupo dos portadores de necessidades especiais.

Neste último caso, temos uma nova contradição: à partir da concepção marxista, o que Alberto faz e pretende continuar fazendo é, sem dúvida, uma forma de trabalho; do ponto de vista do mercado capitalista, talvez não seja.

No sistema capitalista de produção, é o homem que tem que se adaptar ao trabalho e não o processo inverso. Exemplificamos esta nossa afirmação, a partir de procedimentos

técnicos da própria administração de empresas ou até mesmo da nossa psicologia organizacional e do trabalho, onde o recrutamento e seleção (homem certo para o lugar certo); a descrição de cargos (as funções descritas para orientar o homem no seu trabalho, de acordo com a necessidade da empresa); treinamento e desenvolvimento (adequação do homem ao cargo), não contribuem para o processo de inclusão.

Mais contradições aparecem quando os nossos entrevistados argumentam que, de acordo com o salário pago pelo mercado é preferível receber o benefício. Perguntamos-nos então: será a perda do benefício uma estratégia política de inclusão ao invés de um verdadeiro processo de inclusão social?

Até o momento nos parece que sim, pois, pelo discurso dos entrevistados, quem for para o mercado de trabalho, tem a perda do benefício. Assim compreendemos que nas políticas públicas talvez o maior interesse não seja a inclusão, mas a redução dos custos da previdência.

Analizamos também as expectativas dos entrevistados para o futuro. Nessa questão eles ficaram livres para falar sobre aspectos pessoais e profissionais.

Spink (2000) explica que o processo de interpretação na pesquisa com práticas discursivas pode ser concebido como um processo de produção dos sentidos. Descreve que este processo é composto pela atividade meio, que consiste em realizar a pesquisa com as informações consideradas como matéria-prima e a atividade fim que são as explicações resultantes do processo de interpretação.

Assim, descreveremos agora as expectativas que os nossos entrevistados apresentam em relação ao futuro. Diante deste tópico, também encontramos expectativas distintas entre os nossos entrevistados. Alberto relata que tem como expectativa a construção do lar do deficiente na nossa cidade. Argumenta que da mesma forma que existe o lar do idoso, deveria existir também o lar do deficiente. Ele espera que, num futuro próximo, este lar esteja pronto, visto que já está com contato com autoridades políticas para a viabilização do projeto. Relata que quer ser o primeiro deficiente a ingressar no lar.

Beatriz nos diz que tem esperanças na construção do lar do deficiente e que a inclusão um dia seja uma realidade.

Carlos comenta que deseja paz no seu futuro. Quando questionamos sobre o significado de paz, ele explica que é no campo da saúde e, completa dizendo que não

agüenta mais entrar e sair de tantos hospitais, entrar e sair de processos de cirurgia. Deseja paz!

Já Diana diz que a inclusão não é fácil e que seu desejo é que um dia ela seja verdadeira. Que a inclusão comece com a acessibilidade. No aspecto profissional, está fazendo alguns concursos, mas relata que gostaria mesmo de poder trabalhar um dia com a arte-terapia. No momento não pode fazer especialização em arte-terapia, pois ainda paga algumas despesas da sua graduação. Num futuro próximo gostaria de se especializar e seguir esta área.

A nossa última entrevistada, Eliane, diz que sua vontade é se formar e trabalhar na sua área de formação. Também apresenta expectativas relacionadas à vida familiar.

Temos expectativas diferentes entre os nossos entrevistados. Percebemos que suas expectativas estão mais relacionadas com anseios da vida pessoal do que sobre o trabalho em si; apenas para Diana e Eliane o trabalho aparece como um anseio. Compreendemos que cada um apresenta no seu discurso aqui, o que para ele é representativo num dado momento. Se o trabalho já não aparece como proposta de futuro, qual será o significado que ele assume para os três primeiros entrevistados?

Assim, as representações não são reflexos passivos da natureza, são produzidas ativamente pela mente humana a partir da experiência. O conhecimento do mundo só se torna possível, mesmo que de forma parcial, no campo da experiência, na qual o sujeito constrói a realidade (Fernandes, 2009, p. 33).

Acreditamos que este trabalho é só um início, uma reflexão acerca deste tema tão atual no nosso tempo. Não temos a pretensão de esgotar o assunto, muito pelo contrário, queremos contribuir com as reflexões acadêmicas e práticas e continuar pesquisando sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In: A. S. P. Moreira & D.C. Oliveira (Orgs), *Estudos interdisciplinares de representação social*. (pp. 27-38).
- Bock, A.M.B. & Gonçalves M. G.M. (2005). Subjetividade: o sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. In: Rey, F. G. *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia* (pp. 109-125). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Berger, P. L & Luckmann, T. (2007). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Borges, L. de O. & Yamamoto, O. H. ( 2004). O mundo do trabalho. In: Zanelli, J. C.; Andrade, J. E. B. & Bastos, A. V. B. ( Orgs), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* ( pp. 24-62). Porto Alegre: Armed.
- Caniato, A. M. P. (1997) A sociabilidade autoritária: comprometimento na individualização e para a cidadania. *Psicologia em estudo*. Vol. 2, n. 3. Maringá: DPI/CCH/UEM, p. 109-130.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ:Vozes.
- Chauí, M. (2004). *O que é ideologia*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense.
- Decreto n. 3.298. (1999, 20 de dezembro). Regulamenta a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Decreto n° 5.296. ( 2004, 2 de dezembro). Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Diniz, O. S. (2002). Introdução. *Sem limite: inclusão de portadores de deficiência no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Senac.
- Engels, F. [s.d.]. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In: Marx, K. & Engels, F. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, Vol. 2.
- Farr, R. M. (2003). Representações sociais: a teoria e sua história. In: P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* ( pp. 31-59). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fernandes, S. L. (2009). *(Re) fazendo a vida: representações sociais sobre envelhecimento entre os idosos de uma população ribeirinha*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Pr.
- Fontenelle, I. A. (2008). *Pós-modernidade: trabalho e consumo*. São Paulo: Cengage Learning.
- Freyre, G. (1933-2006). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global.
- Gomes, A. de C. (1991). República, trabalho e cidadania. Em Boschi, R. R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.; IUPERJ.

- Gramsci, A. (1978). *Americanismo e fordismo*. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes.
- Guareschi, P. (2008). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Em: Sawaia, B. (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (8ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Heloani, J. R. (2003). *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Heloani, J. R. (2006). *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- Hobsbawm, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século xx: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huberman, L. (1983). *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lei n. 8213/1991 ( 1991, 24 de julho). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Martin, H. P. e Schumann, H. (1999). *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem estar*. São Paulo: Globo.
- Marx, K. (2003). *O Capital*. Livro 1, Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (5ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ohno, T. (1997). *O sistema toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Oliveira, F. (1999). Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. Em: Oliveira, F. & Paoli, M. C. (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Brasília: NEDIC.
- Peres, M. A. C. (2004) *Do taylorismo, fordismo à acumulação flexível toyotista: novos paradigmas e velhos dilemas*. Recuperado em 23 de junho de 2009, de [http://www.santanna.g12.br/professores/cassia\\_geo\\_filo\\_soci/fordismo\\_taylorismo\\_toyotismo.pdf](http://www.santanna.g12.br/professores/cassia_geo_filo_soci/fordismo_taylorismo_toyotismo.pdf)
- Rey, F. G. (2005) *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. (tradução Marcel A. F. Silva). São Paulo: Pioneira Thomson.
- Ribas, J. B. C. (1983). *O que são pessoas deficientes*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense.
- Rifkin, J. (1995). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books.
- Sá, C. P. de (1995) Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. Em M.J.P. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp.19-45). São Paulo: Brasiliense.
- Sallum JR., B. (1996). *Labirintos: dos gerais à Nova República*. São Paulo: Hucitec.
- Sandroni, P. (1985). *O que é mais-valia*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense.
- Santos, J. F. (1986). *O que é pós-moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Santos, W. G. (1987). *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*. (2ª ed.) revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus.
- Sawaia, B. (2008). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? Em: Sawaia, B. (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (8ª ed.) Petrópolis: Vozes.

- Spink, M. J. (2000). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- Toffler, A. (1980). *A Terceira Onda*. Rio de Janeiro: Record
- Silva, R. E. L. & Souza, R.C. (2007). As bases modernas da administração científica de F.W. Taylor (1856-1915) no contexto da psicologia industrial. *Resumos do III Congresso Internacional de Psicologia e IX semana de Psicologia da UEM*. (pp. 1-16). Maringá: Universidade Estadual de Maringá.
- Sivieri, L. H. (2001). O trabalho sob o neoliberalismo. Em: Tomanik, E. A & Caniato, A. M. P. (Orgs). *Compromisso social da psicologia*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.
- Taylor, F. W. (1911/2008). *Princípios de administração científica* (8ª ed.) – 13. reimpr. São Paulo: Atlas.
- Tomanik, E. A. (2004); *O olhar no espelho: conversas sobre a pesquisa em Ciências Sociais*. 2ª ed. Maringá: Eduem.
- Universidade Estadual de Londrina. *Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades*. Recuperado em 23 de junho de 2009, de [http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/erika\\_batista.pdf](http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/erika_batista.pdf)
- Wagner, W. (2000). Sócio-gênese e características das representações sociais. Em A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia: AB.